

BCBF Participações S.A.

CNPJ nº 19.276.528/0001-16



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

BCBF Participações S.A.
 Frezados Santos.
 A Administração da BCBF Participações S.A. submeteu à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Mensagem da Administração
 Somos uma das maiores empresas de assistência à saúde no Brasil de acordo com os principais indicadores da Agência Nacional de Saúde (ANS). Oferecemos planos corporativos de assistência à saúde e também planos odontológicos, provendo serviços de qualidade com custo-benefício atrativo, principalmente para a classe média brasileira. Acreditamos que nosso modelo diferenciado de atendimento na saúde, caracterizado por uma estrutura verticalmente integrada, representada por nossa rede própria de hospitais, pronto-socorros e clínicas, permitiu que nos destacássemos entre as principais operadoras de planos de assistência à saúde no Brasil.

Em 2019, a BCBF Participações S.A. como parte integrante Grupo Notre Dame Intermédica fortaleceu os pilares do seu modelo de negócio por meio da estratégia de crescimento (M&A e orgânico) nos seus mercados-alvo e a constante preocupação em aprimorar a qualidade dos serviços médico-hospitalares prestados principalmente através da nossa rede própria, cujos incessantes investimentos buscam a melhoria contínua no atendimento aos nossos beneficiários. Durante o último ano, demos continuidade ao processo de profissionalização, buscando uma melhor estrutura societária como alavanca que suporte nosso crescimento, obtivemos junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o registro de companhia aberta na categoria "B".

Além desse processo, a companhia, por meio de suas controladas direta e indireta, emitiu duas séries de debêntures com o objetivo de permitir a aceleração do processo de crescimento através de aquisições de ativos surgidos à nossa operação. Em 2019, concluímos a aquisição de 6 importantes ativos, com o crescimento de 10,2% em receita líquida. Em 2019, concluímos a aquisição de 6 importantes ativos, com o crescimento de 10,2% em receita líquida. Em 2019, concluímos a aquisição de 6 importantes ativos, com o crescimento de 10,2% em receita líquida. Em 2019, concluímos a aquisição de 6 importantes ativos, com o crescimento de 10,2% em receita líquida.

Exemplo de expansão da Rede Própria foi a inauguração do Laboratório Central (NotreLabs) localizado na cidade de São Paulo, que tem capacidade de processamento de 3,0 milhões de exames de análises clínicas, podendo chegar até 5,0 milhões de exames com futuras ampliações. Em relação ao mix de produtos, destacamos o lançamento do NotreLife 50+, produto inovador desenvolvido para o público acima de 49 anos, baseado em um modelo caracterizado pela individualização das necessidades dos clientes, sejam elas assistenciais, sociais ou culturais. Entendendo as necessidades desse público exigente, criamos o Espaço NotreLife 50+, que são unidades especialmente projetadas para proporcionar maior acolhimento, conforto e estímulo ao convívio social, com infraestrutura moderna e planejada para oferecer acessibilidade e segurança em todos os momentos. Ademais, o atendimento hospitalar em 2019, apresentamos a compra do Grupo São Lucas de Americana-SP (concluída em janeiro/2020), do grupo Clinipam do Paraná e Santa Catarina (concluída em fevereiro/2020) e da operadora Ecole (aguardando aprovação da ANS).

O Grupo Notre Dame Intermédica (GNDI) também fortaleceu a estratégia vencedora de verticalização dos custos médicos por meio (i) de contínua expansão da Rede Própria e (ii) simplificação do mix de venda com produtos microrregionais, que tendem a ser mais verticalizados (produtos com acesso direcionado à Rede Própria local).

A Receita Operacional Líquida da Companhia apresentou crescimento de 37,1% atingindo R\$ 8.412,4 bilhões, fruto da contínua expansão no número de unidades locais em setembro de 2019, o setor de saúde ainda, não exibiu sinais de retomada, mostrando estabilidade frente a períodos anteriores, indicando inicialmente a taxa esperada retomada do emprego.

Em julho de 2019, foi consumada a nossa primeira aquisição de uma operadora especializada em planos odontológicos. A Belo Dente detém uma carteira de aproximadamente 350 mil beneficiários, sendo 98% pertencentes à categoria de planos coletivos, abrangendo principalmente os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

O GNDI celebrou, em outubro de 2019, acordo de intenção de compra e venda de ações do grupo São Lucas, o qual possui uma carteira de aproximadamente 87 mil beneficiários de planos de saúde e conta com 3 centros clínicos e um hospital com 80 leitos (sendo 14 leitos de UTI). A operação foi concluída em janeiro de 2020.

Já em novembro de 2019, foram adquiridos o grupo Ghelfond, especializado em exames de imagem, com 12 unidades próprias, pontos de coleta de exames de laboratórios, 19 equipamentos de ressonância magnética e dois equipamentos de radioterapia para tratamento oncológico, e o grupo SMEDSJ, o qual opera um hospital com 106 leitos (sendo 31 leitos de UTI), 3 centros clínicos e uma carteira de aproximadamente 17 mil beneficiários de planos de saúde em São Gonçalo (RJ).

Ainda em novembro de 2019, a Companhia celebrou um acordo de intenção de compra e venda de participações societárias e outras vantagens para a aquisição do Grupo Clinipam, o qual possui uma carteira de 333 mil beneficiários de planos de saúde localizados majoritariamente na região metropolitana de Curitiba e Vale do Itajaí em Santa Catarina, sendo 52% pertencentes à categoria corporativa. Além disso, o referido grupo conta com uma moderna e verticalizada rede própria nos Estados do Paraná e de Santa Catarina, que inclui 2 hospitais (133 leitos hospitalares), 4 unidades de pronto-atendimento 24 horas, 19 centros clínicos, um centro de diagnóstico por imagem, um centro de tratamento preventivo e 10 laboratórios de análises clínicas. Por meio dessa aquisição, a Companhia pretende acessar os mercados de saúde privada dos Estados do Paraná e Santa Catarina, os quais corresponderam a 4,3 milhões de vidas, conforme dados divulgados pela ANS em agosto de 2019. A conclusão desta operação foi assinada em fevereiro de 2020.

Por fim, em dezembro de 2019 a Companhia celebrou o acordo de compra e venda da Ecole, uma operadora de saúde com aproximadamente 45 mil beneficiários no Estado de São Paulo, os quais estão concentrados principalmente na região metropolitana de São Paulo, e 53,9% pertencentes à categoria corporativa/PME. A Ecole apresentou um faturamento líquido de R\$68 milhões em 2018, com sinistralidade-caixa de 76,8%.

Expansão Orgânica de Nossa Rede Própria de Atendimento
 Nos últimos anos um amplo programa de reforma de hospitais e centros clínicos tem sido implementado com o objetivo de aprimorar ainda mais a rede oferecida aos nossos beneficiários.

Em 2019, inauguramos o Pronto Socorro em Itaquera com 29 consultórios, concluímos a mudança do Centro Clínico de Itapevi, com 27 consultórios, além da revitalização do NotreLabs de Ribeirão Pires e a ampliação do NotreLabs de Alphaville.

Em março de 2019, inauguramos o Hospital e Maternidade NotreCare ABC, localizado em São Bernardo do Campo. Com alta capacidade de atendimento e tecnologia de ponta, o Hospital tem como foco o atendimento obstétrico. São 7.455 m² de terreno construído e 97 Leitos, sendo 10 para UTI Adulto e 10 para UTI Neonatal, além de sete salas para cirurgias e partos, todas equipadas com tecnologia de última geração e capacidade para realizar até 750 procedimentos por mês. Consta, ainda, com um Centro de Diagnósticos, oferecendo exame de tomografia, ultrassom, raios x e uma unidade do Laboratório NotreLabs, para coleta de análises clínicas.

A estratégia de verticalização também foi reforçada com a inauguração do Laboratório Central (NotreLabs) localizado na cidade de São Paulo, com capacidade de processamento de 3,0 milhões de exames de análises clínicas, podendo chegar até 5,0 milhões de exames com futuras ampliações. Em 31 de dezembro de 2019 a rede própria do Grupo Notre Dame Intermédica era composta por 20 hospitais, 20 pronto-socorros, 69 centros clínicos e 11 unidades de tratamento preventivo.

A busca pelo aprimoramento contínuo da qualidade e excelência na prestação de serviços de assistência integral à saúde é incessante, e por isso continuamos a realizar investimentos relevantes em nossos ativos e operações. Como reconhecimento deste aprimoramento obtivemos em 2019 a acreditação ONA 1 nos hospitais Cruzeiro do Sul e Nova Vida, ONA 2 nos hospitais Guarulhos, Frei Galvão e Family e acreditação ONA 3 no hospital Nossa Senhora do Rosário, Modelo e Renascença Campinas. A Companhia conta, atualmente, com 12 hospitais certificados pela Organização Nacional de Acreditação ("ONA") e um hospital com certificação de qualidade Qmentum pela Accreditation Canada International.

Os resultados obtidos em 2019 fortalecem nossa certeza de que estamos no caminho certo, oferecendo uma proposta de valor inigualável a nossos clientes, provendo atendimento de qualidade a preços acessíveis.

Desempenho Econômico Financeiro
 A Receita Operacional Líquida consolidada cresceu 37,1% no período, passando de R\$ 6,1 bilhões em 2018 para R\$ 8,4 bilhões em 2019, tendo sido observado crescimento em cada uma das nossas principais linhas de receita: planos de saúde, planos odontológicos e venda de serviços médico-hospitalares para outros planos de saúde.

Embora o Custo dos Serviços Prestados tenha se mantido relativamente estável, continuamos a observar uma contínua melhoria em nosso custo-caixa (excluindo as provisões para PEONA, SUS e depreciação) que foram diluídos de 71,5% da receita líquida em 2018 para 70,2% em 2019. O controle do custo tem, como principal alavanca, nossa estratégia de verticalização, que permite melhor controle da cadeia na prestação de serviços médicos aos nossos beneficiários. Uma vez atingida a completa integração das aquisições realizadas ao longo de 2019, esperamos a continuidade dos ganhos obtidos na frente de custos médico-hospitalares.

As despesas operacionais, incluindo administrativas, comerciais, créditos de liquidação duvidosa totalizaram R\$1.286 bilhões, passando de 15,3 % da receita líquida em 31 de dezembro de 2018 para 15,2% em 31 de dezembro de 2019, fruto de uma busca constante por melhorias de produtividade. A produtividade se traduz em ganho de escala conforme crescemos nosso negócio e adquirimos novas empresas com significativos ganhos de sinergia ao longo do tempo. O lucro líquido do exercício findo em dezembro de 2019 atingiu R\$ 555,7 milhões, um crescimento de 20,4% em relação ao ano anterior.

Investimento de Capital
 No ano de 2019, o Grupo Notre Dame manteve o ritmo de investimentos tendo investido R\$ 333,0 milhões em expansão, reformas, melhorias. Além disso, o montante de R\$ 1.832,7 bilhões foi destinado para a aquisição dos grupos GreenLine, Mediplan, Belo Dente, SMEDSJ, Ghelfond e Hospital AMIU.

Endividamento
 Em 31 de dezembro de 2019, como parte da estratégia de capitalizar a Companhia com vistas a continuar com um financiamento saudável de nossos M&A's, possuíamos uma posição líquida de caixa de R\$ 2.487,6 bilhões. Nosso endividamento total (representado pela soma dos empréstimos e financiamentos e debêntures - circulante e não circulante) atingiu o montante total de R\$ 2.177,9 bilhões, já o montante de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 4.655,6 bilhões.

A Companhia e sua controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A. captaram no exercício de 2019, 1ª série de debêntures cada, somando R\$ 1.700 milhões com as seguintes características.

Título	Modalidade	Emissão	Vencimento	Encargos	Captação
BCBF13	3ª Emissão	10/01/2019	10/01/2023	CDI + 1,75% a.a.	R\$ 900 milhões
NDMI13	3ª Emissão	01/08/2019	01/08/2024	100% da taxa DI + 1,6% a.a.	R\$ 800 milhões

O refinanciamento de nossa dívida foi um dos fatos importantes ocorridos em 2019. Com os recursos levantados pelas debêntures, foram pré-pagas as debêntures e liquidada outra debênture NOTR12, permitindo taxas menores, prazos mais longos e garantias condizentes com a realidade da Companhia, solidificando ainda mais a saúde financeira do Grupo Notre Dame Intermédica.

A Companhia e sua Controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A. possuem cláusulas restritivas que podem requerer o vencimento antecipado ou o refinanciamento das dívidas se as Companhias não cumprirem com essas cláusulas restritivas.

Os índices e montantes mínimos e máximos requeridos por essas cláusulas restritivas em 31 de dezembro de 2019 seguem:

3ª emissão Notre Dame Intermédica Saúde S.A.
 A relação entre dívida líquida e o EBTIDA ajustado da Companhia, precisa ser igual ou inferior a 2,5 (dois e meio), durante a vigência de contrato e atualizado conforme cláusula contratual. A Companhia se encontra adimplente com "covenants".

2ª emissão BCBF Participações S.A.
 A relação entre dívida líquida e o EBTIDA ajustado da Companhia, precisa ser igual ou inferior a 3,0 (três), durante a vigência de contrato e atualizado conforme cláusula contratual. A Companhia se encontra adimplente com "covenants".

3ª emissão BCBF Participações S.A.
 A relação entre dívida líquida e o EBTIDA ajustado da Companhia, precisa ser igual ou inferior a 3,0 (três), durante a vigência de contrato e atualizado conforme cláusula contratual. A Companhia se encontra adimplente com "covenants".

De acordo com a escritura de emissão de debêntures não conversíveis em ações, a Companhia possui cláusulas restritivas que podem requerer o vencimento antecipado ou o refinanciamento da dívida.

Para fins de cálculo do EBTIDA ajustado, nos termos da escritura de emissão, a Companhia excluiu as "Despesas Não Recorrentes" e excluiu o rendimento das aplicações financeiras das reservas obrigatórias da ANS (Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas).

Em atendimento ao Código de Obrigações Públicas da ANBIMA publicada em 3 de junho de 2019 a Notre Dame Intermédica Saúde S.A. na condição de emissora da oferta pública de Debêntures, para atendimento dos dispostos no Anexo III, artigo 11", a Companhia deve excluir as rubricas necessárias para cálculo dos índices financeiros.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 as "Despesas Não Recorrentes" registradas na rubrica de despesas administrativas são:

	2019	2018
Honorários advocatícios	9.305	3.614
Honorários auditoria	1.081	80
Serviços de terceiros	33.082	81.529
Taxas, emolumentos, multas e juro	2.217	12.063
Tributos	45.685	97.371

Distribuição de Resultados
 A Companhia conforme deliberação em Assembleia Geral dos Acionistas em 31 de dezembro de 2019 aprovou pela retenção dos lucros da Companhia após constituição de Reserva Legal conforme o que determina a Lei das Sociedades por Ações e nosso Estatuto, a retenção foi aprovada com base no orçamento de capital da Companhia.

Gestão de Pessoas
 Em 2019, a área de Recursos Humanos fortaleceu a cultura organizacional da Companhia, reforçando o espírito empreendedor com uma abordagem profissional e única. A Companhia acredita que uma equipe comprometida com o cliente e experiente no setor de assistência à saúde constitui vantagem competitiva decisiva no complexo mercado de atuação.

Além disso, ao longo de 2019, a Companhia continuou a fortalecer dois pilares estratégicos: acolhimento e qualidade. O GNDI acredita que acolhimento e comportamento chave para uma organização focada no cliente. Diversas atividades foram desenvolvidas para reforçar o engajamento dos colaboradores no acolhimento ao beneficiário. Além disso, a preocupação com a assistência ao paciente é foco de toda equipe e para tanto ampliamos significativamente o número de credenciações das nossas unidades assistenciais, incluindo uma certificação internacional.

O número de colaboradores da Companhia passou de 12.462 em dezembro de 2018 para 18.738 colaboradores em dezembro de 2019. Esse aumento deu-se principalmente, em função das aquisições realizadas ao longo do ano de 2019, abertura de novas unidades e o lançamento da marca NotreLabs, ampliando a categoria denominada assistencial (funcionários diretamente ligados às atividades de assistência à saúde).

A Região Metropolitana de São Paulo concentra aproximadamente 68% do total de colaboradores da Companhia, por abranger também a maior parte dos nossos beneficiários, além de 13 dos 20 hospitais e a sede administrativa.

MASS - Meio Ambiente, Sustentabilidade e Segurança do Trabalho
 Os resíduos sólidos gerados nas unidades clínicas e hospitalares do GNDI são destinados segundo a classificação dos Resíduos de Serviços de Saúde ("RSS"), que consiste no agrupamento dos resíduos em função dos riscos potenciais à saúde pública e ao meio ambiente, de acordo com a legislação vigente.

Em 2019 demos continuidade na implementação do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) das novas unidades de negócio, bem como realizamos os treinamentos com todos os colaboradores próprios e terceiros, garantindo desta forma a padronização dos processos e a destinação final adequada.

Além disso, a Companhia realizou o Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa do edifício Sede com publicação no Registro Público de Emissões do Programa Brasileiro GHG Protocol, objetivando a identificação das dimensões do impacto ambiental da nossa atividade nas alterações do sistema climático.

Em abril de 2019, o GNDI publicou o primeiro COP - Comunicado de Progresso do Pacto Global onde reforçamos as nossas ações para melhorar continuamente a integração do Pacto Global junto a estratégia de negócios, cultura e operações, bem como nosso compromisso em apoiar e difundir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) dentro da nossa esfera de influência. Ainda durante o ano 2019, foi realizado a Matriz de Materialidade para suportar a elaboração do Relatório de Sustentabilidade - GRI, a ser publicado em maio de 2020. Como o intuito de reforçar o pilar social, no segundo semestre de 2019 o Grupo NotreDame Intermédica beneficiou 1.500 crianças do ensino fundamental I de escolas municipais das cidades de Itapevi e Mogi das Cruzes, por meio de ações de promoção da saúde bucal e do combate à obesidade infantil.

Focada em melhorar a experiência dos beneficiários, a Companhia lançou o aplicativo GNDI Easy. Após um ano de funcionamento o aplicativo já teve mais de 1,1 milhão de downloads e possui mais de 15 funcionalidades disponíveis, entre elas carterinha digital, acesso aos resultados de exames, solicitação de reembolso, lista de rede assistencial credenciada e agendamento de consultas na Rede Própria.

Em 2019, aproximadamente 35% dos agendamentos de consultas na Rede Própria foram feitos via o aplicativo, utilizando também georreferenciamento. Essa é mais uma das ações da Companhia que tem como resultado agilidade nos atendimentos, mais comodidade aos nossos beneficiários e economia de custos.

Declaração da Diretoria Estatutária
 A Diretoria declara, em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM 480/2009, que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Contábeis contidas neste relatório e com a opinião expressa no parecer do Auditor Independente referente às mesmas.

Relacionamento com Auditor Independente
 Ao longo do exercício de 2019, a Companhia utilizou os serviços de auditoria independente da Ernst Young auditores Independentes S.S. ("EY") para realizar auditoria e emitir relatórios sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. A administração da Companhia informa que tem como política não contratar o auditor independente em serviços de consultoria que possam gerar conflitos de interesse. A administração e seu auditor independente entendem que os serviços mencionados não geram conflitos de interesse e, portanto, não apresentam riscos de independência de acordo com as regras vigentes no Brasil.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2019	2018	31 de dezembro de 2019	2018
Circulante		3.240.633	46.686	5.836.298	1.916.321
Caixa e equivalentes de caixa	7	3.217.510	33	3.380.558	136.797
Aplicações financeiras	8	-	4.720	1.285.126	930.578
Contas a receber de clientes	9	-	-	492.769	332.322
Estoques		-	-	50.771	37.696
Despesas de comercialização diferidas	10	-	-	186.085	143.583
Créditos tributários e previdenciários	11	22.889	14.702	119.697	61.686
Outros ativos	12	234	27.231	321.292	273.659
Não circulante		4.073.357	2.135.752	6.795.326	2.943.169
Aplicações financeiras	8	-	-	28.478	-
Impostos diferidos ativo	13	-	-	475.657	378.604
Despesas de comercialização diferidas	10	-	-	178.748	112.727
Depósitos judiciais e fiscais	14	-	-	417.310	265.443
Outros ativos	12	-	-	931.511	336.388
Investimentos	15	4.073.357	2.135.752	11	412
Imobilizado	16	-	-	1.713.390	885.201
Direitos de uso	17	-	-	478.805	-
Intangível	18	-	-	2.599.894	935.916
Total do ativo		7.313.990	2.182.438	12.631.624	4.859.490

Passivo e patrimônio líquido	Notas	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2019	2018	31 de dezembro de 2019	2018
Circulante		155.170	129.535	2.213.046	1.817.895
Fornecedores	15	1.164	-	133.131	86.875
Salários a pagar	-	-	-	165.035	116.410
Tributos e encargos sociais a recolher	19	1.652	9	359.766	247.806
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	220.683	138.531
Debêntures	21	151.272	128.359	169.560	478.645
Provisões de Imposto de Renda e Contribuição Social	22	-	-	56.985	6.893
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	22	22	-	945.405	692.571
Arrendamentos	17	-	-	33.466	-
Outros passivos	23	2.231	3	120.015	50.164
Não circulante		979.604	179.423	4.239.362	1.168.115
Tributos e encargos sociais a recolher	19	-	-	62.034	26.377
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	35.159	140.714
Debêntures	21	954.419	179.423	1.752.537	179.423
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	22	-	-	342.836	106.937
Impostos diferidos passivos	13	-	-	158.487	80.485
Provisões para ações judiciais	24	-	-	887.618	424.191
Arrendamentos	17	-	-	464.410	-
Outros passivos	23	25.185	-	536.281	209.988
Patrimônio líquido		6.179.216	1.873.480	6.179.216	1.873.480
Capital social	25.a	5.315.080	5.315.080	5.315.080	5.315.080
Reservas	16	866.136	310.400	866.136	310.400
Reserva de capital	25.b	(763.491)	(763.491)	(763.491)	(763.491)
Reservas de lucros	25.c	1.629.627	1.073.891	1.629.627	1.073.891
Total do passivo e do patrimônio líquido		7.313.990	2.182.438	12.631.624	4.859.490

Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Fluxo de caixa das atividades operacionais:	Notas	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2019	2018	31 de dezembro de 2019	2018
Lucro líquido do exercício		555.736	461.583	555.736	461.583
Depreciação e amortização	16	-	-	84.074	62.110
Amortização intangível	18	-	-	47.329	-
Depreciação direito de uso	17	-	-	49.786	-
Equivalência patrimonial	15	(667.815)	(476.765)	-	-
Atualização monetária depósitos judiciais	14	-	-	(8.798)	14.089
Atualização monetária contingências	24	-	-	29.641	-
Ajuste a mercado sobre aplicações financeiras	8	-	-	(517)	20
Receitas com aplicações financeiras	8	(4.995)	(918)	(82.585)	(72.033)
(Receita) Despesas com variação cambial	8	-	-	(657)	(228)
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido	13	-	-	317.535	226.417
Variação provisões técnicas	22.c	-	-	20.309	28.981
Provisões para ações judiciais	24	-	-	83.326	73.904
Reversão com perda de recuperabilidade sobre créditos	9	-	-	(14.109)	(1.174)
Perda efetiva de recuperabilidade sobre créditos	9	-	-	81.354	47.611
Provisão de gastos esperada	9	-	-	9.509	11.216
Amortização de despesas de comercialização diferidas	10	-	-	23.051	165.171
Ajuste a valor presente - combinação de negócios	21	-	-	(8.217)	-

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **BCBF Participações S.A.** (doravante denominada por "Companhia" ou "BCBF"), Empresa controlada pela Notre Dame Intermédica Participações S.A., é uma **holding** de capital aberto que tem como objetivo social a participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista, com sede em São Paulo na Avenida Paulista, nº 867, 8º andar, conjunto 81, sala A.

A Companhia é Controladora Direta da Notre Dame Intermédica Saúde S.A. ("Intermédica") e Hospital Intermédica Jacarepaguá Ltda. (anteriormente denominada AMIU - Hospital de Assistência Pediátrica de Urgência Ltda.), e Indireta das empresas, Hospital São Bernardo S.A., Mediplan Assistencial Ltda., Hospital Samaritano Ltda e Hospital e Maternidade Samaritano Ltda e Belo Dente Odontologia Ltda., SMEDJS - Serviços Médicos São José Ltda., Nanci & Cia Ltda., Ghelfond Participações S.A., C & M Associados Serviços Médicos Ltda., Ultra Diagnóstico Ltda., Slim Bem Estar e Saúde Clínica Ltda., Dr. Ghelfond Diagnóstico Médico Ltda., Instituto Tomográfico De Guarulhos Ltda., Medix Diagnóstico Ltda., Ecoimagem Diagnóstico por Ultra Som Ltda. As Controladas Diretas e Indiretas são entidades de capital fechado reguladas ou não pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e têm por objeto social a prestação de serviços nos campos de medicina, odontologia e hospitalar, abrangendo a operação de hospitais, laboratórios e centros clínicos próprios por meio da celebração de contratos de assistência médica com pessoas físicas e jurídicas, entidades públicas ou privadas e participações.

Em 16 de setembro de 2019 a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) concedeu à Companhia, o registro de companhia aberta na categoria "B", através do Processo SEI nº 19957.005516/2019-98.

2. REESTRUTURAÇÕES SOCIETARIAS

O Grupo Notre Dame Intermédica, por meio do seu plano estratégico de contínuo crescimento e expansão por meio de aquisições e reestruturação societária, realizou os seguintes eventos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

a) **Incorporação - Hospital e Maternidade Nova Vida Ltda. e Med Vida Assistência Médica Hospitalar Ltda.**
Conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 20 de dezembro de 2018, foi aprovado o protocolo de incorporação e justificação para a incorporação das empresas Hospital e Maternidade Nova Vida Ltda. e Med Vida Assistência Médica Hospitalar Ltda. pela Controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A. Os laudos de avaliação do patrimônio líquido contábil daquela empresa foram emitidos em 27 de dezembro de 2018 por empresa independente. A incorporação ocorreu em 2 de janeiro de 2019, com data base 31 de dezembro de 2018, tendo em vista que a empresa pertence ao Grupo Notre Dame Intermédica e seu objetivo é racionalizar e unificar as atividades administrativas, bem como conquistar ganhos e sinergia operacional.

b) **Venda - Laboratório de Análises Clínicas Dr. Pedro Bonelli S.A.**
Em 12 de fevereiro de 2019 a Companhia autorizou sua controlada Demas Participações Ltda. a vender suas quotas de participação na Controlada Indireta Laboratório de Análises Clínicas Dr. Pedro Bonelli S.A. para a Notre Dame Intermédica Saúde S.A., conforme acordo estabelecido nos termos do instrumento particular de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças.

c) **Incorporação - Largent Empreendimentos e Participações Ltda., Laboratório de Análises Clínicas Dr. Pedro Bonelli S.A. e Samed Serviços de Assistência Médica, Odontológica e Hospitalar S.A.**
Conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 1º de março de 2019, foi aprovado o protocolo de incorporação e justificação para a incorporação das empresas Largent Empreendimentos e Participações Ltda., Laboratório de Análises Clínicas Dr. Pedro Bonelli S.A. e Samed Serviços de Assistência Médica, Odontológica e Hospitalar S.A., pela Controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A. Os laudos de avaliação do patrimônio líquido contábil daquelas companhias foram emitidos em 31 de janeiro de 2019 por empresa independente. A incorporação ocorreu em 1º de março de 2019 com data base 28 de fevereiro de 2019, tendo em vista que as companhias pertencem ao Grupo Notre Dame Intermédica e seu objetivo é racionalizar e unificar as atividades administrativas, bem como conquistar ganhos e sinergia operacional.

d) **Incorporação - Demas Participações Ltda.**
Conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 15 de março de 2019, foi aprovado o protocolo de incorporação e justificação para a incorporação reversa da empresa Demas Participações Ltda. ("Demas") pela Controlada Casa de Saúde e Maternidade Santana S.A. O laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil da Demas foi emitido em 28 de fevereiro de 2019 por empresa independente. A incorporação ocorreu em 15 de março de 2019, com data base 28 de fevereiro de 2019, tendo em vista que a Demas pertence ao Grupo Notre Dame Intermédica, é uma holding Controladora do hospital e o objetivo é racionalizar e unificar as atividades administrativas, bem como conquistar ganhos e sinergia operacional.

e) **Incorporação - Maternidade do Braz Ltda., Pronto Socorro Itamaraty Ltda. e Laboratório Bio Master Ltda.**
Conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 3 de junho de 2019, foram aprovadas para incorporação as empresas Maternidade do Braz Ltda., Pronto Socorro Itamaraty Ltda. e Laboratório Bio Master Ltda. pela Controlada Green Line Sistema de Saúde S.A. Os laudos de avaliação do patrimônio líquido contábil daquelas empresas foram emitidos em 30 de abril de 2019 por empresa independente. A incorporação ocorreu em 3 de junho de 2019 com data base 31 de maio de 2019, tendo em vista que as empresas pertencem ao Grupo Notre Dame Intermédica e seu objetivo é racionalizar e unificar as atividades administrativas, bem como conquistar ganhos e sinergia operacional.

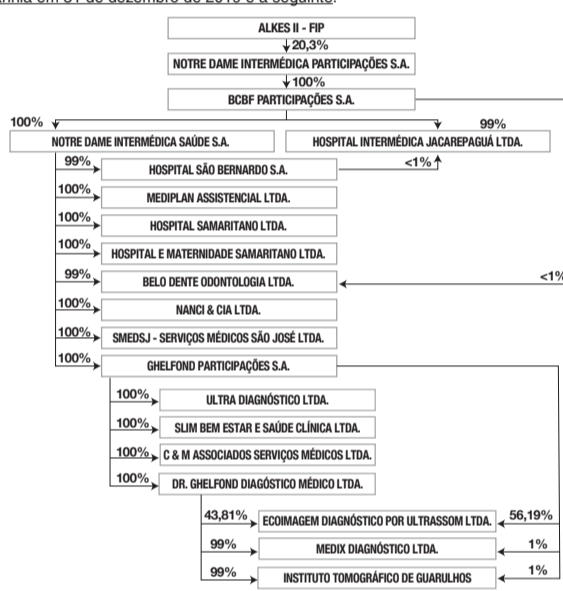
f) **Incorporação - Casa de Saúde e Maternidade Santana S.A.**
Conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 8 de outubro de 2019, foi aprovado o protocolo de incorporação e justificação para a incorporação reversa da companhia da Casa de Saúde e Maternidade Santana S.A., pela Controlada Green Line Sistema de Saúde S.A. O laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil daquela companhia foi emitido em 31 de outubro de 2019 por empresa independente. A incorporação ocorreu em 2 de dezembro de 2019 com data-base 30 de novembro de 2019, tendo em vista que a companhia pertence ao Grupo Notre Dame Intermédica e seu objetivo é racionalizar e unificar as atividades operacionais e administrativas, bem como conquistar ganhos e sinergia operacional.

g) **Incorporação - Green Line Sistema de Saúde S.A.**
Conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 8 de outubro de 2019, foi aprovado o protocolo de incorporação e justificação para a incorporação da companhia Green Line Sistema de Saúde S.A. pela Controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A. O laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil daquela companhia foi emitido em 31 de outubro de 2019 por empresa independente. A incorporação ocorreu em 2 de dezembro de 2019 com data-base 30 de novembro de 2019, tendo em vista que a companhia pertence ao Grupo Notre Dame Intermédica e seu objetivo é racionalizar e unificar as atividades operacionais e administrativas, bem como conquistar ganhos e sinergia operacional.

h) **Cessão de quotas - Belo Dente Odontologia Ltda.**
Conforme instrumento particular de Alteração e Consolidação Contratual (ACS) da Belo Dente Odontologia Ltda., realizado em 21 de outubro de 2019, foi aprovada a cessão de 1 quota a título oneroso da Belo Dente Odontologia Ltda. para a BCBF Participações S.A., totalmente integralizada, com tudo que ela representa, livre e desembarçada de quaisquer ônus, dívidas e/ou encargos de qualquer natureza.

i) **Cessão Quotas - Hospital Intermédica Jacarepaguá Ltda.**
Conforme instrumento particular de Alteração e Consolidação Contratual (ACS) do Hospital Intermédica Jacarepaguá Ltda., realizado em 5 de dezembro de 2019, foi aprovada a cessão de 1 quota a título oneroso da BCBF Participações S.A. para o Hospital São Bernardo S.A., totalmente integralizada, com tudo que ela representa, livre e desembarçada de quaisquer ônus, dívidas e/ou encargos de qualquer natureza.

j) **A estrutura societária da Companhia em 31 de dezembro de 2019 é a seguinte:**



3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

a) Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

A Companhia, ao elaborar estas demonstrações financeiras, utilizou os seguintes critérios de divulgação: (i) requisitos regulatórios; (ii) relevância e especificidade da informação das operações da Companhia aos usuários; e (iii) necessidades informacionais dos usuários das Demonstrações Financeiras. Assim, a Administração confirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas por ela na gestão da Companhia e suas Controladas.

As Demonstrações Financeiras consolidadas compreendem as Demonstrações Financeiras da Companhia e de suas Controladas em 31 de dezembro de 2019 e foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2020.

b) Base de consolidação

As Demonstrações Financeiras consolidadas compreendem as Demonstrações Financeiras da Companhia e de suas Controladas em 31 de dezembro de 2019. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Específicamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida; e
- a capacidade de usar seu poder em relação à investida para afetar os resultados.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto ou semelhantes de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- o acordo contratual com outros detentores de voto da investida;
- direitos originados de acordos contratuais;
- os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia.

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma Controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à Controlada e finaliza quando deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma Controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas Demonstrações Financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a Controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Companhia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores.

Quando necessário, são efetuados ajustes nas Demonstrações Financeiras e notas explicativas das Controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo Grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da Controlada, sem perda de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo.

O melhor comparabilidade, algumas rubricas dos quadros que compõe as notas explicativas foram reclassificadas dentro do próprio grupo, sem alterar o saldo do grupo.

As Controladas incluídas na consolidação, todas com sede no Brasil, são as seguintes:

Principal atividade	Referência	Participação acionária	
		31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Notre Dame Intermédica Saúde S.A.		100,00%	100,00%
Hospital e Maternidade Nova Vida Ltda.	(a)	100,00%	100,00%
Med Vida Assistência Médica Hospitalar Ltda.	(a)	100,00%	100,00%
Hospital São Bernardo S.A.	(b)	100,00%	100,00%
Casa de Saúde e Maternidade Santana S.A.	(c)	100,00%	100,00%
Laboratório de Análises Clínicas Dr. Pedro Bonelli S.A.	(d)	100,00%	100,00%
Largent Empreendimentos e Participações Ltda.	(e)	100,00%	100,00%
Samed Serviços de Assistência Médica, Odontológica e Hospitalar S.A.	(f)	100,00%	100,00%
Demas Participações Ltda.	(g)	100,00%	100,00%
Green Vida Saúde Ocupacional Ltda.	(h)	100,00%	100,00%
FRH Line Sistema de Saúde S.A.	(i)	100,00%	100,00%
Hospital e Maternidade Braz Ltda.	(j)	100,00%	100,00%
Pronto Socorro Itamaraty Ltda.	(k)	100,00%	100,00%
Laboratório Bio Master Ltda.	(l)	100,00%	100,00%
Hospital Intermédica Jacarepaguá Ltda.	(m)	100,00%	100,00%
Mediplan Assistencial Ltda.	(n)	100,00%	100,00%
Hospital e Maternidade Samaritano Ltda.	(o)	100,00%	100,00%
Hospital Samaritano Ltda.	(p)	100,00%	100,00%
Belo Dente Odontologia Ltda.	(q)	100,00%	100,00%
SMEDJ - Serviços Médicos São José Ltda.	(r)	100,00%	100,00%
Nanci & Cia Ltda.	(s)	100,00%	100,00%
Ghelfond Participações S.A.	(t)	100,00%	100,00%
C & M Associados e Serviços Ltda.	(u)	100,00%	100,00%
Ultra Diagnóstico Ltda.	(v)	100,00%	100,00%
Slim Bem Estar e Saúde Clínica Ltda.	(w)	100,00%	100,00%
Dr. Ghelfond Diagnóstico Ltda.	(x)	100,00%	100,00%
Ecoimagem Diagnóstico por Ultra Som Ltda.	(y)	100,00%	100,00%
Instituto Tomográfico de Guarulhos Ltda.	(z)	100,00%	100,00%
Medix Diagnóstico Ltda.	(aa)	100,00%	100,00%

(a) Empresa incorporada pela Notre Dame Intermédica Saúde S.A. em 2 de janeiro de 2019, vide nota 2.a.

(b) Empresa incorporada pela Notre Dame Intermédica Saúde S.A. em 1º de março de 2019, vide nota 2.c.

(c) Empresa incorporada pela Casa de Saúde e Maternidade Santana S.A. em 15 de março de 2019, vide nota 2.d.

(d) Empresa vendida em 1º de novembro de 2018, empresa controlada direta BCBF Participações S.A.

(e) Controle da empresa adquirido em 24 de janeiro de 2019, empresa Controlada Direta da Casa de Saúde e Maternidade Santana S.A., vide nota 5.1.

(f) Empresa incorporada pela Green Line Sistema de Saúde S.A. em 3 de junho de 2019, vide nota 2.e.

(g) Controle da empresa adquirido em 5 de abril de 2019, anteriormente denominada AMIU - Assistência Médica Pediátrica de Urgência Ltda., empresa Controlada Direta da BCBF Participações S.A., vide nota 5.2.

(h) Controle da empresa adquirido em 29 de maio de 2019, empresa Controlada Direta da Notre Dame Intermédica Saúde S.A., vide nota 5.3.

(i) Controle da empresa adquirido em 03 de julho de 2019, empresa Controlada Direta da Notre Dame Intermédica Saúde S.A., vide nota 5.4.

(j) Controle da empresa adquirido em 28 de novembro de 2019, empresa Controlada Direta da Notre Dame Intermédica Saúde S.A., vide nota 5.5.

(k) Controle da empresa adquirido em 18 de novembro de 2019, empresa Controlada Direta da Notre Dame Intermédica Saúde S.A., vide nota 5.6.

(l) Empresa incorporada pela Green Line Sistema de Saúde S.A. em 2 de dezembro de 2019, vide nota 2.f.

(m) Empresa incorporada pela Notre Dame Intermédica Saúde S.A. em 2 de dezembro de 2019, vide nota 2.g.

(n) **Demonstração do Valor Adicionado (DVA)**
A demonstração do valor adicionado (DVA) não é requerida pelas IFRS, sendo apresentada em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil e de forma suplementar para fins de IFRS.

(o) **Moeda funcional e de apresentação**
As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional definida para a Companhia e suas Controladas.

(p) **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**
A elaboração das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração registre determinados ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Financeiras. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir significativamente dos registrados nas Demonstrações Financeiras em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente;
- perda de recuperabilidade sobre créditos;
- recuperabilidade de imposto de renda e contribuição social diferidos;
- teste de redução ao valor recuperável de ativos;
- direito de uso (arrendamentos);
- provisões técnicas;
- provisões para ações judiciais; e

• **Teste de Adequação de Passivo (Liability Adequacy Test (LAT)).**
f) **Segregação entre circulante e não circulante**
A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado como circulante quando:

- espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.
- o ativo é essencialmente com propósito de ser negociado.
- espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.
- é caixa ou equivalente de caixa (conforme Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.
- está mantido essencialmente para finalidade de ser negociado.
- deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço.
- a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente.

g) **Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor em 31 de dezembro de 2019 e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia**
As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas, estão abaixo apresentadas:

IFRS 17 - Contratos de Seguros
O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em 18 de maio de 2017, o IFRS 17, que substituirá o IFRS 4 a partir de 1º de janeiro de 2021, com possibilidade de mudança dado que o IASB continua discutindo a data de vigência. O IFRS 17 é uma norma voltada para contratos de seguros e objetiva a melhoria da comparabilidade das informações prestadas pelas empresas, uma vez que atualmente existem abordagens diferentes em relação à contabilização e divulgação dos contratos de seguros pelas empresas. Esta norma tem implicações em outros indústrias além de seguradoras. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitirá norma equivalente no Brasil.

A Companhia e suas Controladas não pretendem adotar a norma antecipadamente e aguardarão a emissão de norma equivalente no Brasil para analisar os efeitos sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia.

Alterações ao CPC 15 (R1) Definição de negócios
Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à definição de negócios em IFRS 3, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, vigente a partir de 1º de janeiro de 2020, alterando o CPC 15 (R1) para ajudar as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio. Elas esclarecem os requisitos mínimos para ajudar as entidades a avaliar se os participantes no mercado são capazes de substituir qualquer elemento ausente, incluem orientações para ajudar entidades a avaliar se um processo adquirido é substancial, fornecendo melhor as definições de negócio e de produtos e introduzem um teste de concentração de valor justo opcional. Novos casos ilustrativos foram desenvolvidos juntamente com as alterações. Como as alterações se aplicam prospectivamente a transações ou outros eventos que ocorram na data ou após a primeira aplicação, a Companhia não será afetada por essas alterações na data de transição.

Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material
Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, vigente a partir de 1º de janeiro de 2020, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição de "omissão material" e "divulgação distorcida material" em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição. A nova definição declara que "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurcimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das Demonstrações Financeiras de propósito geral fazem com base nessas Demonstrações Financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade." Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS
As principais políticas contábeis adotadas na preparação das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram as seguintes:

a) **Caixa e equivalentes de caixa**
Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos e outros afins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando a um insignificante risco de mudança de valor.

Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de contratação.

b) **Reconhecimento inicial**
Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos do custo da transação.

c) **Mensuração subsequente**
Observando a classificação dos passivos a mensuração subsequente será:

- Custo amortizado

Esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente à perda de crédito esperada. Além disso, é considerado para a apuração do custo amortizado o montante de principal pago.

• **Valor justo por meio do resultado**
Os ativos classificados dentro desse modelo de negócio são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e da perda no resultado do período. A Companhia reconhece como ativos financeiros classificados nesta categoria: caixas e equivalentes de caixa, títulos públicos e aplicações financeiras com garantias classificadas como títulos e valores mobiliários.

d) **Passivos financeiros**
Classificação
Os passivos financeiros da Companhia são classificados como custo amortizado, representado por: fornecedores, empréstimos e financiamentos, arrendamentos e debêntures.

e) **Reconhecimento inicial**
Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos do custo da transação.

f) **Mensuração subsequente**
Observando a classificação dos passivos a mensuração subsequente será:

- Custo amortizado

Os passivos classificados como custo amortizado são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, em que ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos e no reconhecimento da amortização.

• **Valor justo por meio do resultado**
Os passivos classificados a valor justo por meio do resultado são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e da perda no resultado do período.

g) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros**
Os requerimentos de avaliação da redução ao valor recuperável de ativos financeiros são baseados em um modelo de perda de crédito esperada. As principais mudanças na política contábil para redução ao valor recuperável estão listadas abaixo.

O modelo de perda de crédito esperada inclui o uso de informações prospectivas e a classificação do ativo financeiro em três estágios:

- Estágio 1 - Perda de crédito esperada para 12 meses: representa os eventos de inadimplência possíveis dentro de 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito.
- Estágio 2 - Perda de crédito esperada ao longo da vida do instrumento financeiro: considera todos os eventos de inadimplência possíveis. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito cujo risco de crédito aumentou significativamente.
- Estágio 3 - Perda de crédito esperada para ativos com problemas de recuperação: considera todos os eventos de inadimplência possíveis. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados com problemas de recuperação de crédito. A mensuração dos ativos classificados neste estágio se difere do estágio 2 pelo reconhecimento da receita de juros aplicando-se a taxa de juros efetiva ao custo amortizado (líquido de provisão) e não ao valor contábil bruto. Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Dessa forma, um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá voltar para o estágio 1, a menos que tenha sido originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito.

A operação principal da Companhia está predominantemente relacionada com os recebimentos das vendas de plano de saúde e odontológico e que são relacionados com seguros.

A Companhia reconhece para seus ativos classificados ao custo amortizado uma provisão referente à perda de crédito esperada. Essa avaliação é realizada prospectivamente e está baseada em dados históricos. Além disso, a Companhia avalia mensalmente as variações da perda de crédito dos ativos financeiros e, caso não haja aumento significativo do risco de crédito, deverá ser reconhecida a perda de crédito para o saldo, em aberto, para os próximos 12 meses. Caso for identificado que houve aumento significativo do risco de crédito a perda é reconhecida tomando por base o montante total, em aberto, para o período total da vida do instrumento financeiro.

Para o recebimento de vendas de outros serviços hospitalares a Companhia optou por mensurar provisões para perdas pelo modelo simplificado. Para essas contas a receber de clientes, foi aplicado o (%) percentual de perdas apurado historicamente para o grupo de clientes.

c) **Perda de recuperabilidade sobre créditos**
As Controladas da Companhia constituem provisão para perdas de recuperabilidade sobre créditos por meio da metodologia de apuração utilizada em estrito acordo com a Resolução Normativa (RN) nº 322/2013 alterada pela RN nº 435/2018.

A perda de recuperabilidade sobre créditos relacionados com planos de saúde é constituída sobre os créditos vencidos há mais de 60 dias para os contratos com pessoa física (planos individuais) e há mais de 90 dias para os contratos com pessoa jurídica (planos coletivos e corporativos), salvo casos específicos avaliados individualmente pela Administração.

Para os créditos não relacionados com plano de saúde é constituída perda de recuperabilidade de créditos para os saldos vencidos acima de 90 dias, salvo casos específicos avaliados individualmente pela Administração.

Adicionalmente, é constituída provisão para todas as parcelas a vencer desses contratos.

d) **Ajuste a valor presente de ativos e passivos**
Os ativos e passivos monetários decorrentes de operações de longo ou de curto prazo são ajustados a valor presente, quando relevantes em relação às Demonstrações Financeiras tomadas em DJC.

e) **Despesas de comercialização diferidas (DAC - Deferred Acquisition Cost)**
As despesas de comercialização que se referem aos agenciamentos são diferidas e amortizadas de acordo com o prazo de vigência dos contratos ou a expectativa conforme Nota Técnica Atuarial (NTA) e são refletidas no saldo da conta "Despesas diferidas", de acordo com a Resolução Normativa (RN) 322/13, alterada pela RN nº 435/2018. Em 2016 por meio de estudo técnico, a operadora passou a diferir as despesas pelo prazo de até 36 meses e o saldo a ser diferido está refletido nas rubricas "Despesas diferidas" no ativo circulante, que compreende o diferido de até 12 meses, e "Despesas de comercialização diferidas" no ativo não circulante, para o saldo superior a 12 meses. Os demais gastos com comissões são registrados como despesas de comercialização, conforme IFRS 17.

f) **Investimento - Controladora**
Durante o exercício de 2019 e 2018, a participação societária que a Companhia possuía em suas Controladas estava avaliada pelo método da equivalência patrimonial.

A participação nos resultados operacionais das Controladas está demonstrada na demonstração do resultado como "Resultado de equivalência patrimonial".

As Demonstrações Financeiras das Controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que as da Companhia. Quando necessário, são realizados ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as políticas contábeis da Companhia.

g) **Imobilizado**
Imóveis, veículos, instalações, máquinas e equipamentos e móveis e utensílios são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se houver.

Os custos são reconhecidos no momento do reconhecimento do resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear das vidas úteis estimadas dos ativos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído (a) na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Valor residual, vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

h) **Ágio**
Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial e, após o reconhecimento inicial, apresentados ao custo, menos amortização e/ou perdas acumuladas de valor recuperável. A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida, sendo que os ativos intangíveis com vida útil econômica definida são amortizados pelo método linear e pelas taxas mencionadas na nota explicativa nº 16 e avaliados por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria da despesa consistente com a sua utilização.

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios, reconhecidos separadamente do ágio, são registrados pelo valor justo na data da aquisição. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, tais ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzidos da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.

i) **Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)**
A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes.

Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos nesse modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nesses orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nessas previsões e nesses orçamentos geralmente abrangem o período de 5 anos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados.

n) Tributos diretos

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido - correntes

Os passivos de tributos correntes referentes aos exercícios correntes e anteriores são mensurados pelo valor esperado a ser pago para as autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício.

O Grupo Notre Dame Intermédica adota duas sistemáticas para a apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social o Lucro Real, após o Lucro Líquido são realizados ajustes conforme legislação vigente para a determinação da Base de Cálculo do Lucro Real.

A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro líquido, mais adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 mil no exercício. A provisão para contribuição social sobre o lucro tributável é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação vigente.

Imposto de renda e contribuição social - diferido

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

• quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ativo ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios, e na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal;

• sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimento em Controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo;

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados, exceto:

• quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado pelo reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal);

• sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimento em Controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data de balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado.

Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de impostos que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e na lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro (ICPC 22/IFRIC 23)

Em dezembro de 2018, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por meio da Deliberação nº 804/18, aprovou a ICPC 22 - Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro, que equivale à IFRIC23. A interpretação entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019 e esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro quando há incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro.

A ICPC 22 não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. São abordados especificamente:

• se a Companhia e suas Controladas consideram tratamentos tributários incertos separadamente;

• as suposições que a Companhia faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;

• como a Companhia determina lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas dos impostos;

• como a Companhia considera as mudanças nos fatos e nas circunstâncias.

A Administração avaliou os procedimentos adotados para cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, corrente e diferido da Companhia e de suas Controladas e concluiu que é provável a aceitação pelas autoridades fiscais e, portanto, sem impacto na aplicação dessa interpretação nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

o) Obrigações com benefícios de longo prazo pós-emprego a funcionários

A Companhia concede a certos executivos o benefício de assistência à saúde pós-emprego. O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado.

Mensurações compreendendo ganhos e perdas atuariais, o efeito do limite dos ativos, excluindo os juros líquidos, e o retorno sobre ativos do plano, excluindo juros líquidos, são reconhecidos imediatamente no balanço patrimonial, com correspondente débitos ou créditos retidos por meio de outros resultados abrangentes no período em que ocorra. As mensurações não são reclassificadas no resultado em períodos subsequentes.

Os custos de serviços passados são reconhecidos no resultado nas seguintes datas, a que ocorrer primeiro:

• a data de alteração do plano ou redução significativa da expectativa do tempo de serviços; e

• a data em que a Companhia reconhece os custos relacionados com reestruturação.

Os juros líquidos são calculados aplicando-se à taxa de desconto ao ativo ou passivo do benefício definido líquido. A Companhia reconhece as seguintes variações nas obrigações de benefício após-se taxa em despesas administrativas nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas do resultado.

Os participantes do plano de benefícios pós emprego se restringem a certos executivos da Companhia e suas Controladas.

p) Arrendamentos

A IFRS 16/CPC 06 (R2) substitui as orientações existentes na IAS 17/CPC 06 (R1) e as correspondentes interpretações e estabelece princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamentos, exigindo que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários, sendo:

• arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais e móveis de escritório); e

• arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos).

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

De acordo com a IAS 17/CPC 06 (R1), todos os pagamentos de arrendamentos operacionais eram apresentados como parte dos fluxos de caixa de atividades operacionais. Atualmente, de acordo com a IFRS 16/CPC 06 (R2), os pagamentos de arrendamentos que são parte do escopo da IFRS 16/CPC 06 (R2) são apresentados como parte dos fluxos de caixa de atividades de financiamento.

Conseqüentemente, as novas definições de uma locação foram aplicadas a todos os contratos vigentes na data de transição. A mudança na definição de um arrendamento se refere principalmente ao conceito de controle. A IFRS 16/CPC 06 (R2) determina se um contrato contém um arrendamento com base no fato de o cliente ter o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Para tal, a Administração da Companhia, com o auxílio de especialistas, efetuou a identificação dos contratos (inventário dos contratos), avaliando se há ou não, arrendamento de acordo com a IFRS 16/CPC 06(R2).

A Companhia, com base em avaliações, identificou que o maior impacto produzido por essa norma foi relacionado ao reconhecimento no balanço patrimonial do direito de uso e passivos de arrendamento dos contratos de imóveis locados de terceiros, veículos e equipamentos, com prazos de vigência superiores a 12 meses enquadrados nos critérios estabelecidos pela norma.

A Companhia selecionou como método para a adoção inicial a abordagem retrospectiva modificada, com o efeito cumulativo de aplicação inicial nos ativos e passivos, sem a reapresentação de períodos comparativos. A Companhia optou por não utilizar o expediente prático que permite não reavaliar se um contrato é ou contém um arrendamento na transição para a IFRS 16.

Não foi realizado o reconhecimento contábil daqueles contratos de itens de baixo valor e com prazo de encerramento dentro do período de 12 meses a partir da data da aplicação inicial da nova norma.

Adicionalmente, os seguintes expedientes práticos foram utilizados para a transição aos novos requerimentos de contabilização de arrendamentos:

• Utilização de uma única taxa de desconto a cada carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares. Nesse sentido, observe-se a taxa incremental de captação, mensurada em 1º de janeiro de 2019, aplicável a cada uma das carteiras de ativos arrendados. Por meio dessa metodologia, a Companhia separou os arrendamentos em 2 categorias: Edificações e Terrenos, com uma taxa média ponderada de CDI + 1% a.a. e, para as demais classes de ativo, a Companhia adotou uma taxa média de desconto de 80% da TJLP + 3,2% a.a., equivalente ao Finame.

• Exclusão dos custos diretos iniciais da mensuração do saldo inicial do ativo de direito de uso.

• Utilização de percepção tardia para determinação do prazo do arrendamento, naqueles casos em que o contrato contém opções de prorrogação ou rescisão.

• O arrendatário pode optar, para cada classe de ativo subjacente, por não separar os componentes do arrendamento de quaisquer componentes de não arrendamento associados.

Em decorrência dos fatos acima, os impactos do reconhecimento dos ativos e passivos arrendados, na Companhia, na data inicial de adoção estão apresentados abaixo:

	Consolidado		
	1º de janeiro de 2019 sem efeito da IFRS 16	Efeito CPC06 (R2)/IFRS16	1º de janeiro de 2019 com efeito da IFRS16
Ativo			
Circulante	1.916.321	-	1.916.321
Não circulante	2.943.169	441.771	3.384.940
Direito de uso	-	441.771	441.771
Total do ativo	4.859.490	441.771	5.301.261
			Consolidado
	1º de janeiro de 2019 sem efeito da IFRS 16	Efeito CPC06 (R2)/IFRS 16	1º de janeiro de 2019 com efeito da IFRS 16
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante	1.817.895	30.733	1.848.628
Arrendamento mercantil	-	30.733	30.733
Não circulante	1.168.115	411.038	1.579.153
Arrendamento mercantil	-	411.038	411.038
Patrimônio líquido	1.873.480	-	1.873.480
Total do passivo e do patrimônio líquido	4.859.490	441.771	5.301.261

Para o período findo em 31 de dezembro de 2019 o impacto da adoção da nova norma reconhecido diretamente no resultado está apresentado a seguir:

	Consolidado			
	31 de dezembro de 2019 sem efeito da IFRS 16	Efeito reversão CPC06 (R1)/IAS 17	Efeito adoção CPC06 (R2)/IFRS 16	31 de dezembro de 2019 com efeito da IFRS 16
Recarga operacional líquida	8.412.439	-	-	8.412.439
Custos dos serviços prestados	(6.114.193)	44.944	(35.218)	(6.104.467)
Resultado bruto	2.298.246	44.944	(35.218)	2.307.972
Despesas administrativas	(838.282)	23.997	(14.568)	(828.853)
Outras receitas, líquidas	32.510	-	758	33.268
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	1.001.484	68.941	(49.028)	1.021.397
Despesas financeiras	(109.504)	-	(38.622)	(148.126)
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	891.980	68.941	(87.650)	873.271
Imposto de Renda e Contribuição Social - diferidos	(55.753)	(23.440)	29.801	(49.392)
Lucro líquido do período	568.084	45.501	(57.849)	555.736

D) Despesa de arrendamento operacional antes da adoção do CPC 06 (R1)/IAS 17

E) Despesa de amortização de Direito de uso após a adoção do CPC 06/IFRS16

Para o período findo em 31 de dezembro de 2019 o impacto da adoção da nova norma reconhecido diretamente no fluxo de caixa está apresentado a seguir:

	Consolidado			
	31 de dezembro de 2019 sem efeito da IFRS 16	Efeito reversão CPC06(R1)/IAS17	Efeito adoção CPC06(R2)/IFRS16	31 de dezembro de 2019 com efeito da IFRS16
Fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Lucro líquido do período	568.584	45.501	(58.349)	555.736
Depreciação direito de uso	-	-	49.786	49.786
Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente e diferido	324.154	23.440	(30.059)	317.535
Juros sobre arrendamentos	-	-	38.622	38.622
Outros	196	396	(758)	(166)
Baixa direito de uso/arrendamentos	-	-	-	-
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	276.649	69.337	(758)	345.228
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(1.812.988)	-	-	(1.812.988)
Arrendamentos pagos - principal	-	-	(29.957)	(29.957)
Arrendamentos pagos - juros	-	-	(38.622)	(38.622)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento	4.711.521	69.337	(69.337)	4.711.521
Aumento (diminuição) no saldo de caixa e equivalentes de caixa do período	3.243.761	-	-	3.243.761
Caixa e equivalente de caixa no início do período	136.797	-	-	136.797
Caixa e equivalente de caixa no final do período	3.380.558	-	-	3.380.558

q) Lucro por ação

Lucro básico

O cálculo do lucro básico por ação é elaborado por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora, pela média ponderada das ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

Lucro diluído

O lucro diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias, disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

r) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas é reconhecida como um passivo nas Demonstrações Financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido no passivo na data em que é aprovado em Assembleia.

s) Reconhecimento de receitas e custos operacionais

A Companhia atua no ramo de prestação de serviços de assistência à saúde e odontológica.

Os serviços são vendidos em contratos separados, individual por cliente ou agrupados como um pacote de serviços. Para este, com planos de assistência à saúde, a Companhia entende que o mesmo deve atender os requerimentos do CPC 11/IFRS 4 - Contratos de Seguros. Para os itens não enquadrados nesse pronunciamento a Companhia adota como política para o reconhecimento de receita os critérios dispostos no CPC 47/IFRS15 - Contratos com clientes.

l. Reconhecimento de receitas operacionais

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, abatementemente de quando o pagamento é recebido. A receita é contabilizada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

As receitas de contraprestações, na modalidade de preço pré-estabelecido, são apropriadas no resultado pelo montante correspondente ao período de cobertura do risco incorrido (pro rata die).

Nos casos em que a fatura é emitida antecipadamente em relação ao período de cobertura dos contratos com clientes, o valor dos ganhos com clientes é registrado na rubrica "Provisões técnicas de operações de assistência à saúde", no subitem "Provisão de Contraprestação Não Ganha - PPCNG", os clientes são classificados na nota explicativa nº 22, classificada como provável de assistência à saúde.

II. Receitas de serviços de saúde prestados de provável de assistência à saúde

A. Receitas de Contratos com Clientes

• Prestação de serviços

A Companhia presta serviços de assistência à saúde e odontológica por meio de seus hospitais. Esses serviços são vendidos separadamente nos contratos com os clientes. A Companhia avaliou que os serviços são satisfetos ao longo do tempo dado que o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios prestados. A Companhia identificou e analisou as diferenças de acordo com o novo pronunciamento, conforme descrito abaixo:

Contraprestação variável

A Companhia possui dois tipos de glosas:

• internas, as quais são realizadas pelos auditores das operadoras que fiscalizam os relatórios antes do faturamento dentro dos hospitais;

• externas, glosas das faturas emitidas e enviadas para as operadoras e que por diversos motivos podem ser ou não aprovadas.

A Companhia considera que as glosas são contraprestações variáveis, de acordo com a IFRS 15.

Se a contraprestação prometida no contrato incluir um valor variável, a entidade estima o valor da contraprestação a qual a entidade terá direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente.

A variabilidade relativa à contraprestação prometida ao cliente pode ser declarada expressamente no contrato.

Sobre o valor da contraprestação variável, utilizando qualquer dos métodos a seguir e, dependendo do método, a entidade espera melhor prever o valor da contraprestação à qual tem direito:

• O valor esperado: é a soma de valores ponderados em função da probabilidade de uma gama de possíveis valores de contraprestação. O valor esperado pode ser uma estimativa apropriada do valor da contraprestação variável, se a entidade tiver grande número de contratos com características similares;

• O valor mais provável: é o valor único mais provável de uma gama de possíveis valores de contraprestação (ou seja, o resultado único mais provável do contrato). O valor mais provável pode ser uma estimativa apropriada do valor da contraprestação;

• Variável: se o contrato tiver apenas dois possíveis resultados (por exemplo, a entidade atingir um bônus de desempenho ou não).

III. Reconhecimento dos custos dos serviços prestados

Os custos com a operação de rede própria de atendimento são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. Os custos dos serviços prestados pela rede credenciada de atendimento (hospitais, laboratórios e clínicas), são contabilizados com base nas notificações que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos.

g) Segmentação

Os segmentos operacionais são apresentados de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões da Companhia e suas Controladas responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais.

As informações por segmento da Companhia estão basicamente segregadas em:

(i) saúde - prestação de serviços nos campos da medicina, medicina social, hospitalar e ocupacional.

(ii) odontológico - prestação de serviço no campo de odontologia.

Apresentamos o detalhamento na nota explicativa nº 31.1

u) Teste de adequação de passivos (Liability Adequacy Test - LAT)

O CPC 11/IFRS4 requer que as seguradoras e empresas equivalentes que emitem contratos classificados como contratos de seguro realizem os passivos registrados em cada data de divulgação das Demonstrações Financeiras por meio de um teste mínimo de adequação. Esse teste deve ser realizado utilizando-se premissas atuárias realistas para os fluxos de caixa futuros de todos os contratos classificados como contratos de seguro. Estimativas correntes dos fluxos de caixa consideraram todos os riscos assumidos até a data-base do teste.

Quando é identificada qualquer insuficiência, a Companhia contabiliza a perda apurada no resultado do exercício.

O teste foi efetuado considerando os segmentos de negócios adotados pela Companhia e considerou as provisões técnicas, contraprestações líquidas, despesas administrativas e de comercialização. No cálculo do valor presente dos fluxos de caixa a Companhia utilizou como referência as taxas livres de risco fornecidas por fontes oficiais.

O cálculo do LAT considerou em suas estimativas os compromissos assumidos até a data-base e a liquidação desses compromissos em períodos futuros. Com base nesses dados, foram estimados os valores de passivos atuariais que foram descontados a valor presente para uma comparação com as provisões técnicas de ativos efetuada.

O teste efetuado não apresentou insuficiência na data do balanço, portanto não houve necessidade de efetuar provisões adicionais.

v) Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida.

Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando ocorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos adquiridos e passivos assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição.

As alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada um ativo ou um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ativo é mensurado como sendo o excedente da contraprestação contingente em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ativo adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ativo fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ativo associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao se apurar o ganho ou a perda na alienação. O ativo alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

5. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

5.1. Aquisição Grupo Green Line

Em 24 de janeiro de 2019 o Grupo Notre Dame Intermédica concretizou o fechamento da operação de aquisição do Grupo Green Line e assumiu o controle das empresas Green Line Sistema de Saúde S.A., Laboratório Bio Master Ltda., Hospital e Maternidade Braz Ltda. e Pronto Socorro Itamaraty Ltda.

O valor da aquisição é de R\$ 1.168.425, conforme contrato assinado e foi pago em 24 de janeiro de 2019, sendo uma parcela à vista de R\$ 948.425, permanecendo uma parcela retida até 25 de janeiro de 2025 no montante de R\$ 220.000 para fazer face às eventuais contingências oriundas do período que antecedeu a data do fechamento conforme determinado em cláusula contratual.

A Companhia, conforme requerimentos do CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, por meio de empresa independente, elaborou o laudo de identificação para os ativos tangíveis e intangíveis na aquisição do Grupo Green Line.

Parcela à vista

Parcela retida¹

Total contraprestação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As aplicações financeiras de liquidez imediata têm conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitas a um significante risco de mudança de valor, e a Companhia e suas Controladas têm o direito de resgate imediato.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa e bancos	14.828	33	50.242	24.205
Aplicações de liquidez imediata	3.202.682	33	3.330.316	112.592
Total	3.217.510	33	3.380.558	136.797

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os instrumentos financeiros representados por aplicações financeiras estavam assim apresentados:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Até 1 ano	26.175	98.040	124.215	124.215
De 1 a 5 anos	631.653	711	632.364	632.364
Valor Contábil	10.603	10.603	10.603	10.603
Valor Justo	212.214	250	212.464	174.567
Valor Contábil	1.075	1.075	1.075	1.114
Valor Justo	191.913	191.913	191.913	180.838
Total	1.073.674	211.452	1.285.126	959.056

i. Os títulos públicos federais foram contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor justo com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. A Companhia e suas Controladas adotam as políticas de aplicações em títulos majoritariamente pós-fixados de emissão de instituições financeiras em Certificados de Depósito Bancário - CDBs com liquidez imediata.

ii. Operações compradas lastreadas em debêntures com os seguintes emissores: Banco Itaú e Banco Santander.

iii. Os fundos são administrados pelo banco: Banco Itaú.

iv. As operações com Letras Financeiras foram contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor justo em títulos pós-fixados atrelados ao CDI - Certificado de Depósito Interbancário, com liquidez de 2 anos.

v. As aplicações têm remuneração diária vinculada às taxas CDI, com vencimentos variáveis até setembro de 2025.

vi. As aplicações da Companhia e suas Controladas estão classificadas na categoria "Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". Independentemente do vencimento, a Companhia e suas Controladas contabilizam as aplicações financeiras no ativo circulante (com exceção da aplicação vinculada à obrigação contratual, que é registrada no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2018).

vii. A classificação de rating por instituições financeiras para os CDBs é como segue:

	31 de dezembro de 2019	Rendimento % em de CDI	Rating Nacional	31 de dezembro de 2018	Rendimento % em de CDI
Banco Santander (Brasil) S.A.	29.680	100,50%	A(bra)	167.094	97,00%
Banco Bradesco S.A.	395.792	98,33%	brAAA	111.866	100,25%
Caixa Econômica Federal	-	-	brAAA	12.910	98,25%
Itaú Unibanco S.A.	1.509	95,00%	brAAA	38.492	97,00%
Votorantim S.A.	595	1,01%	brBBB-	209.686	99,10%
Banco Safra S.A.	179.621	100,00%	brAAA	663	100,00%
Banco Daycoval S.A.	93	100,00%	AA(bra)	-	-
Banco GMAC S.A.	24.869	102,50%	brAAA	-	-
Banco Mercantil do Brasil	205	86,00%	BB-(bra)	395	102,50%
Banco do Brasil S.A.	632.364	-	BB-(bra)	-	-
Total	1.285.126	-	-	541.106	-

Fonte: Agência de risco Fitch Ratings (quando disponível) e Banco Santander, consultado em 19 de janeiro de 2020.

Movimentação das aplicações financeiras:

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Saldo inicial do exercício	959.056	1.236.194
Saldo adquirido	141.006	43.903
Aplicações	7.549.906	5.872.029
Resgates	(7.448.872)	(6.265.309)
Receitas (despesas) com variação cambial	657	226
Resultado financeiro	82.856	72.033
Ajuste a valor de mercado	517	(20)
Saldo final do exercício	1.285.126	959.056

Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Os títulos de renda fixa privados tiveram suas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros são definidos pelo administrador e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão para cálculos constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

As aplicações financeiras vinculadas são custodiadas, registradas e negociadas na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia e CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

O saldo de contas a receber de clientes se refere às operações com plano de saúde e de serviços relacionados à assistência à saúde, gerados pelas Operações de suas Controladas.

	Controladora	Consolidado
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Planos de assistência à saúde	221.367	178.671
Assistência à saúde não relacionadas com planos de assistência à saúde	271.402	153.651
Total	492.769	332.322

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a composição das contas a receber de clientes era:

	Controladora	Consolidado
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	258.171	212.087
(-) Perda de recuperabilidade sobre créditos	(36.804)	(33.416)
Total	221.367	178.671

	Controladora	Consolidado
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora	279.562	168.224
(-) Perda de recuperabilidade sobre créditos	(8.160)	(14.573)
Total	271.402	153.651

A abertura do saldo de contas a receber de clientes pelos seus vencimentos está assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
A vencer:	97.380	91.991
De 1 a 30 dias	18.500	(1)
Acima de 30 dias	55.565	(1.537)
Vencidos:	63.408	56.849
De 1 a 30 dias	23.318	(6.569)
De 31 a 90 dias	33.301	(23.308)
Acima de 90 dias	21.699	(21.699)
Total	212.087	(33.416)

	Controladora	Consolidado
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
A vencer:	100.826	100.631
De 1 a 30 dias	16.071	(195)
Acima de 30 dias	41.190	(937)
Vencidos:	32.301	25.216
De 1 a 30 dias	21.699	(21.699)
De 31 a 90 dias	212.087	(33.416)
Acima de 90 dias	212.087	(33.416)

	Controladora	Consolidado
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
A vencer:	39.738	37.675
De 1 a 30 dias	84.656	(10)
Acima de 30 dias	35.492	(17)
Vencidos:	113.810	113.606
De 1 a 30 dias	5.866	(5.866)
De 31 a 90 dias	113.810	(204)
Acima de 90 dias	212.087	(21.699)

	Controladora	Consolidado
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
A vencer:	31.329	31.051
De 1 a 30 dias	28.703	(6)
Acima de 30 dias	11.413	(78)
Vencidos:	62.515	58.114
De 1 a 30 dias	34.264	(9.810)
De 31 a 90 dias	212.087	(21.699)
Acima de 90 dias	212.087	(33.416)

Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora

	Controladora	Consolidado
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
A vencer:	279.562	271.402
De 1 a 30 dias	168.224	(8.160)
Acima de 30 dias	279.562	(195)
Vencidos:	271.402	153.651
De 1 a 30 dias	28.703	(6)
De 31 a 90 dias	113.810	(204)
Acima de 90 dias	212.087	(21.699)

Movimentação do saldo de contas a receber de clientes:

	Controladora	Consolidado
	2019	2018
Saldo no início do exercício	178.671	141.962
Saldo adquirido	21.473	14.233
Contraprestações líquidas	7.741.757	5.659.579
Recebimentos	(7.656.031)	(5.584.366)
Reversões (Constituição) de perda de recuperabilidade sobre créditos	16.010	(9.724)
(-) Perda efetiva com créditos	(80.513)	(43.013)
Saldo no final do exercício	221.367	178.671

Movimentação do saldo de contas a receber de operações de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Operadora:

	Controladora	Consolidado
	2019	2018
Saldo no início do exercício	153.651	124.449
Saldo adquirido	16.672	17.766
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Operadora	670.912	623.156
Co-participação	141.622	124.647
Recebimentos	(699.204)	(722.798)
(-) Efeito CPC47/IFRS15 - adoção inicial	-	(8.674)
(-) Provisão de glosa esperada	(9.509)	(1.216)
Reversão (Constituição) de perda de recuperabilidade sobre créditos	(1.301)	(9.919)
(-) Perda efetiva com créditos	(841)	(4.598)
Saldo no final do exercício	271.402	153.651

Movimentação da perda de recuperabilidade sobre créditos:

	Controladora	Consolidado
	2019	2018
Planos de saúde	(33.416)	(47.989)
Saldo adquirido	(16.925)	2.715
Reclassificação	(3.017)	3.017
Constituições	(405.787)	(81.538)
Reversões	422.341	82.208
Total	(36.804)	(81.711)

Saldo em 30 de dezembro de 2019

O montante R\$ 544 relacionado com plano de saúde e R\$ 2.571 não relacionados com plano de saúde, se refere a reversão de fatura da empresa incorporada SAMCO/IBRAGE na rubrica "outras receitas líquidas".

10. DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO DIFERIDAS

As despesas de comercialização são diferidas e amortizadas de acordo com o prazo de vigência dos contratos ou com a expectativa conforme Nota Técnica Atuarial (NTA) e são refletidas no saldo da conta "Despesas de comercialização diferidas" no ativo circulante e não circulante. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as despesas de comercialização diferidas estão compostas da seguinte forma:

	Controladora	Consolidado
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Saldo no início do exercício	256.310	222.845
Saldo adquirido	5.013	179.182
Constituições	334.561	(231.051)
(-) Amortização	(231.051)	(145.717)
Saldo no final do exercício	364.833	256.310
Ativo circulante	186.085	143.583
Ativo não circulante	178.748	112.727

11. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Os créditos tributários e previdenciários estão compostos da seguinte forma:

	Controladora	Consolidado
	2019	2018
Imposto de Renda	7.438	9.099
Contribuição Social sobre o Lucro	12.137	8.302
Imposto de Renda retido na fonte	15.451	5.306
Crédito de previdência social	-	17.740
Créditos de PIS e COFINS	-	7.284
Crédito de ISS	-	788
Total	22.889	14.702

12. OUTROS ATIVOS

	Controladora	Consolidado
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Depósito judicial ISS - SP (a)	-	258.215
Contas a receber com partes relacionadas (e)	12.650	-
Adiantamento de comissões	-	1.209
Adiantamento a fornecedores	34	4.981
Adiantamento a funcionários	200	12.615
Outros títulos a receber	9.600	12.078
Adiantamento de processos judiciais	-	10.073
Manutenção de softwares a amortizar (d)	-	8.176
Despesas Antecipadas	-	348
Circulante	234	27.231
Crédito a receber - indenizações (b)	-	511.679
Contas a receber com partes relacionadas (e)	-	320.468
Contas a receber de planos de saúde	-	7.128
Ativos indenizatórios (c)	-	76.714
Depósitos caução	-	2.595
Bloqueios judiciais	-	5.277
Outros	-	7.650
Total	234	1.252.803

(a) Refere-se a depósitos judiciais relativos ao Imposto sobre Serviços (ISS). O valor depositado é relacionado à provisão demonstrada na nota explicativa nº 19. Em virtude de o depósito ser realizado no ato de vencimento do tributo, ou seja, no mês subsequente ao da provisão, há um descaimento entre o depósito judicial e a provisão.

(b) Conforme instrumento particular de compra e venda de ações e outras avenças, ficou definido que todas as contingências referentes aos períodos anteriores à assinatura do contrato serão de responsabilidade dos antigos acionistas e, portanto, estes valores serão reembolsados ou descontados da parcela a pagar.

(c) Conforme instrumento particular de compra e venda de ações e outras avenças, foi firmado entre os antigos sócios do Grupo Green Line e o Grupo Notre Dame Intermédica que determinadas circunstâncias são passíveis de indenizar caso eventuais obrigações que venham ocorrer.

(d) A contrapartida foi reconhecida no passivo na linha de provisões para ações judiciais conforme nota explicativa nº 24.

(e) A Companhia efetuou pagamentos de serviços de dados com vigência de 12 meses, que serão apropriados ao resultado ao decorrer de sua competência.

(f) O saldo de contas a receber com partes relacionadas é composto como segue:

(g) Em 15 de dezembro de 2017, a Controlada BCBF celebrou contrato de mútuo com seu executivo. O contrato com vencimento em julho de 2019 foi quitado antecipadamente em abril de 2019, tendo sido corrigido pelo IPCA e acrescido de juros de 3% a.a.

(h) Refere-se a indenizações a Notre Dame Intermédica Saúde S.A. pelos desembolsos decorridos de ações jurídicas que são de responsabilidade da Companhia. O ressarcimento deverá ser pago em 6 anos e 30 dias a contar da data de fechamento do contrato de compra e venda de quotas e outras avenças.

13. IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Controladora	Consolidado
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Créditos tributários ativos sobre diferenças temporárias originárias de:		
Provisões para ações judiciais (Contingência cíveis, fiscais e trabalhistas)	173.789	81.914
Provisão para perdas sobre crédito	34.493	24.402
Provisão de eventos do SUS	78.694	43.005
Crédito fiscal sobre diferença de base do ágio apurado na aquisição	154.413	210.301
Provisão Infracoções ANS	3.945	3.658
Crédito fiscal sobre diferença adoção inicial arrendamento mercantil (CPC6 (R2)/IFRS16	6.597	-
Outras adições	23.726	15.324
Total	475.675	378.604
Debitos tributários passivos sobre diferenças temporárias originárias de:		
Depreciações e amortizações	(7.752)	(6.869)
Correção monetária de depósito judiciais	(27.358)	(25.431)
Amortização do intangível para fins fiscais	(2	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Consolidado
Os ativos imobilizados estão sujeitos a análises periódicas, no mínimo anuais, sobre o teste para redução do valor recuperável ("impairment"). Em 31 de dezembro de 2019 não houve indicador de impairment sobre o imobilizado.
O montante de depreciação apurada no período é registrado no resultado nas rubricas "Custo dos serviços prestados" e "Receitas (Despesas) operacionais", conforme notas explicativas nº 27 e 28.a, respectivamente.
A Administração não identificou eventos ou circunstâncias que requerem modificação nas estimativas de vida útil econômica para os itens apresentados no ativo imobilizado das demais empresas do grupo.
Durante o período, a Companhia e suas Controladas adquiriram ativos imobilizados ao custo total de R\$ 333.033 dos quais R\$ 185.437 foram aquisições com pagamento no período e R\$ 147.596 estão provisionados em rubricas do passivo da Companhia e suas Controladas.
17. DIREITO DE USO E ARRENDAMENTOS
A Companhia possui arrendamentos com as naturezas de locação de imóveis, equipamentos de TI e frota de veículos, utilizando as cláusulas usuais de mercado para cancelamento e/ou extensão dos contratos.
As taxas de atualização utilizadas para atualizar os valores nos termos dos contratos são geralmente indexadas pelo índice de preços ao consumidor.
A Companhia chegou às taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia. Os spreads foram obtidos por meio de sondagem junto a potenciais investidores de títulos de dívidas da Companhia. A tabela abaixo evidência as taxas praticadas pela Companhia:

Prazos	Taxa % a.a.
Até 2 Anos	7,24%
2 - 4 Anos	8,36%
4 - 6 Anos	8,82%
6 - 8 Anos	9,39%
8 - 10 Anos	9,53%
Acima de 10 Anos	9,67%

Os arrendamentos contratados pela Companhia são apresentados abaixo:

	Consolidado			
	Atuáveis	Maquinas e equipamentos	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018				
Adoção inicial 1º de janeiro de 2019	386.833	2.972	-	389.805
Saldo adquirido - 1º de janeiro de 2019	48.728	3.238	-	51.966
Saldo adquirido	12.140	1.041	63	13.244
Atualizações contratuais	29.761	559	-	30.320
Adições novos contratos	76.332	10.130	-	86.462
Baixas	(43.206)	-	-	(43.206)
Depreciação	(47.385)	(2.397)	(4)	(49.786)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	463.203	15.543	59	478.805

	Consolidado			
	Atuáveis	Maquinas e equipamentos	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018				
Adoção inicial 1º de janeiro	-	-	-	-
Saldo adquirido - 1º de janeiro de 2019	-	-	-	-
Saldo adquirido	389.805	51.966	-	441.771
Atualizações contratuais	13.244	30.320	-	43.564
Adições novos contratos	86.462	(43.964)	-	42.498
(-) Baixas	(43.964)	-	-	(43.964)
Juros	38.622	-	-	38.622
(-) Pagamento de principal	(29.957)	-	-	(29.957)
(-) Pagamento de juros	(38.622)	-	-	(38.622)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	497.876	33.468	-	531.344

	Consolidado			
	Atuáveis	Maquinas e equipamentos	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018				
Adoção inicial 1º de janeiro	-	-	-	-
Saldo adquirido - 1º de janeiro de 2019	-	-	-	-
Saldo adquirido	389.805	51.966	-	441.771
Atualizações contratuais	13.244	30.320	-	43.564
Adições novos contratos	86.462	(43.964)	-	42.498
(-) Baixas	(43.964)	-	-	(43.964)
Juros	38.622	-	-	38.622
(-) Pagamento de principal	(29.957)	-	-	(29.957)
(-) Pagamento de juros	(38.622)	-	-	(38.622)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	497.876	33.468	-	531.344

Informações adicionais
Conforme base de conclusão 161 e 162 do IASB, referências do IFRS16/CPC06(R2) e do ofício circular CVM 02/19, a Administração utilizou a taxa incremental como critério para os cálculos dos ativos e passivos escopo do IFRS16/CPC06 (R2) e assim estão apresentados no balanço da Companhia.
A Administração entende que a taxa utilizada representa o fluxo de caixa mais próximo do real e estão alinhados com as características de nossos contratos, conforme determina o item 27b do ofício da CVM.
Para atender a orientação do ofício e transparência requerida, informamos abaixo os impactos no balanço, com a comparabilidade dos juros nominais x juros efetivos, sendo que, para o cálculo da taxa efetiva, utilizamos o índice de nossos contratos cujo a maior parte é IGP-M, aplicada no fluxo de pagamentos anuais, obtida pela divulgação das projeções do Banco Bradesco para os indicadores até 2023, sendo repetida a taxa mais longa para o fluxo futuro a partir de 5 anos.

	Consolidado	
	01 de janeiro de 2019	31 de dezembro de 2019
Fluxo Nominal		
Passivo de Arrendamento	750.374	852.700
Juros Embutidos	(308.603)	(354.824)
	441.771	497.876

Fluxo Real Efetivo Inflationado
Juros Embutidos

	Consolidado	
	01 de janeiro de 2019	31 de dezembro de 2019
Passivo de Arrendamento	769.645	901.509
Juros Embutidos	(320.263)	(375.134)
	449.382	526.375

		Consolidado						
		31 de dezembro de 2018	Saldos adquiridos	Aquisições 1	Baixas	Transferência	Amortização	31 de dezembro de 2019
Aquisição carteira plano saúde	Vida útil (a)	73.266	273.958	-	-	-	(35.429)	311.795
Sistema de computadores	20% a.a.	12.875	483	13.724	(14)	4.753	(11.835)	19.986
Agio de combinação de negócios	Indefinida (b)	796.861	1.426.973	-	-	-	-	2.223.834
Ativos intangíveis		48.498	-	(2.600)	(2.211)	-	-	43.677
Outros ativos intangíveis	Indefinida (c)	4.426	298	-	-	-	(65)	4.426
		935.916	1.701.414	13.724	(6.671)	2.840	(47.329)	2.599.894
								4.426
								2.599.894

Consolidado
Durante o período, a Companhia e suas Controladas adquiriram ativos intangíveis ao custo total de R\$ 13.724 dos quais R\$ 1.374 foram aquisições com pagamentos no período e R\$ 12.350 estão provisionados em rubricas do passivo da Companhia e suas Controladas.
(a) Refere-se à aquisição de carteira de plano de saúde e odontológico conforme quadro a seguir:

Grupo/Empresa	Data	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Grupo Notre Dame	21/05/2014	397	497
Grupo Santamália	16/11/2015	6.225	9.212
Hospital Family	23/12/2015	1.929	5.786
Unimed ABC	23/09/2016	15.512	17.581
Grupo Cruzeiro do Sul	31/01/2018	15.403	16.864
Grupo SAMED	01/10/2018	25.695	23.326
Grupo Green Line	01/01/2019	139.552	-
Grupo Mediplan	29/05/2019	55.181	-
Belo Dente	03/07/2019	43.425	-
Grupo São José	18/11/2019	8.476	-
		311.795	73.266

As carteiras são amortizadas respeitando as vidas úteis conforme quadro a seguir:

Carteira	Vida útil
Odontológica	3 a 11 anos
Saúde	6 a 16 anos

(b) Refere-se aos ágios fundamenteis em expectativa de rentabilidade futura (combinação de negócios) com vida útil indefinida e força de trabalho, sendo sempre que necessário apurada a recuperabilidade da unidade geradora de caixa ("impairment").

Grupo/Empresa	Data	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Grupo Santamália	16/11/2015	125.405	125.405
Hospital Family	23/12/2015	77.149	77.149
Unimed ABC	23/09/2016	71.476	71.476
SAMCI/IBRAGE	03/03/2017	22.232	22.232
Hospital São Bernardo	23/02/2017	147.652	147.652
Grupo Nova Vida	03/07/2017	148.566	148.566
Grupo Cruzeiro do Sul	31/01/2018	56.190	56.190
Grupo SAMED	01/10/2018	173.928	148.191
Grupo Green Line	01/01/2019	812.501	-
Grupo Mediplan	29/05/2019	256.716	-
Hospital Jacarepaguá	05/04/2019	61.378	-
Belo Dente	03/07/2019	22.709	-
Grupo Ghellond	28/11/2019	154.165	-
Grupo São José	18/11/2019	93.767	-
		2.223.834	796.861

(c) Refere-se à alocação dos ativos intangíveis identificáveis na aquisição de empresas (relacionamento com clientes, marcas e acordo de não concorrência) a serem amortizados conforme demonstrado a seguir:

Ativos Intangíveis	Vida útil
Marcas	30 anos
Relacionamento com clientes	3 a 8 anos
Acordo de não concorrência	5 anos

O montante da amortização apurada no período é registrado no resultado nas rubricas "Custo dos serviços prestados" e "Receitas (despesas) operacionais" conforme notas explicativas nº 27 e 28.a, respectivamente.

b. Teste ao valor recuperável dos ativos
Agio pago por expectativa de rentabilidade futura e intangíveis com vida útil indefinida
A Companhia e suas Controladas realizaram o teste de valor recuperável das Unidades Geradoras de Caixas (UGCs) decorrente do ágio adquirido por meio de combinação de negócio. As UGCs estão distribuídas em rubricas de saúde e atividades de odontologia, que também são segmentos operacionais (nota explicativa 31).
Abaixo demonstramos o valor contábil do ágio alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa:

	2019
Plano de saúde	2.201.125
Plano odontológico	22.709
	2.223.834

O teste realizado de valor recuperável em 30 de setembro de 2019 e 2018 considera, entre outros fatores, a relação entre o valor de uso (value in use) e o seu valor contábil, quando efetua revisão para identificar indicativos de perda por redução ao valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2019, o valor de uso, apurado no Laudo por empresa independente contratado pela Companhia e suas Controladas é superior ao valor contábil, indicando que não existe indicio de perda por redução ao valor recuperável do ágio. Além disso, a Companhia vem dando sequência ao crescimento orgânico e através de novas aquisições.

Unidade geradora de caixa de atividade de saúde
O valor recuperável da unidade geradora de caixa de atividade de saúde foi determinado através da metodologia de fluxo de caixa descontado a valor presente.

A data-base da apuração para o exercício findo em 2019 foi 30 de setembro de 2019, com projeção de dez anos, considerando um crescimento de 10,39% a.a. de receita líquida e de 11,51% a.a. de lucro líquido. A taxa de desconto antes dos impostos foi de 18,46% em 31 de dezembro de 2019 (20,56% em 31 de dezembro de 2018), e o fluxo de caixa referente ao período que extrapola os cinco anos considera uma taxa de crescimento de 7,0% a.a., levando em consideração a perspectiva de inflação de longo prazo de 4,1%, acrescido de 2,9% referente ao crescimento das receitas do último período projetado. Em decorrência da análise de recuperabilidade efetuada, foi identificado um excesso sobre o valor contábil, não sendo, desta forma, necessário o reconhecimento de redução ao valor recuperável para essa unidade geradora de caixa.

Unidade geradora de caixa de atividade de odontologia
O valor recuperável da unidade geradora de caixa de atividade odontológica foi determinado através da metodologia de fluxo de caixa descontado a valor presente.

A data-base da apuração para o exercício findo em 2019 foi 30 de setembro de 2019, com projeção de dez anos, considerando um crescimento de 11,25% a.a. de receita líquida e de 6,17% a.a. de lucro líquido. A taxa de desconto antes dos impostos foi de 19,96% em 31 de dezembro de 2019 (20,85% em 31 de dezembro de 2018), e o fluxo de caixa referente ao período que extrapola os cinco anos considera uma taxa de crescimento de 4,10% a.a. Em decorrência da análise de recuperabilidade efetuada, foi identificado um excesso sobre o valor contábil não sendo, desta forma, necessário o reconhecimento de redução ao valor recuperável para essa unidade geradora de caixa.

Principais premissas utilizadas no cálculo do valor em uso e sensibilidade

O cálculo do valor em uso tanto para a atividade de saúde quanto odontológica é mais sensível às seguintes premissas:

Margens brutas
Margens brutas são baseadas nos históricos da Companhia. As margens brutas para as unidades geradoras de caixa na atividade de saúde e odontologia foram em média 28,93% e 65,09%, respectivamente. A margem para ambas atividades tem um incremento moderado nos primeiros quatro anos e após ocorre uma estabilização até o final da projeção.

Taxas de desconto
As taxas de desconto representam a avaliação de riscos no atual mercado, específicos a cada unidade geradora de caixa, levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa. O setor de saúde suplementar é em sua maioria financiado por capital próprio, portanto foi adotado como taxa de desconto o custo de capital próprio, calculado pelo CAPM (custo médio ponderado de capital).

As estimativas para o cálculo do CAPM são obtidas com base em índices publicados para os países bem como indicadores de práticas de mercado norte-americano.

Os indicadores macroeconômicos
A Companhia tem considerado o IGP-M, Índice de variação do custo médico hospitalar - IVCMH e o CDI para elaborar seus indicadores, conforme apresentados a seguir:

Índice	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
IGP-M	9%	4,2%	4,2%	4,1%	4,1%	4,1%	4,1%	4,1%	4,1%	4,1%	4,1%	4,1%
CDI	6,3%	6,5%	6,8%	6,9%	6,9%	6,9%	6,9%	6,9%	6,9%	6,9%	6,9%	6,9%
IVCMH 2	9%	8%	7%	7%	7%	7%	7%	7%	7%	7%	7%	7%

1 As taxas foram obtidas no site do Bradesco - Projeção Bradesco Longo Prazo.

2 Índice de Variação do Custo Médico Hospitalar (IVCMH), estimado pela área técnica da Companhia.

Taxas de crescimento utilizadas para extrapolar os fluxos de caixa além do período explícito de cinco anos

A Administração reconhece que as taxas de crescimento utilizadas consideraram, além do crescimento orgânico, a estratégia de verticalização existente no plano de negócios da Companhia.

19. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	2019	2018
Imposto sobre Serviços (ISS)	271.320	189.668
Contribuição previdenciária	10.077	6.734
FóTTS	4.387	3.634
PIS e COFINS	19.086	10.017
Contribuições sindicais e assistenciais	75.060	66
Parcelamento de tributos e contribuições	11.465	10.627
Outros	1.945	2.068
Impostos devidos a recolher	318.960	222.814
Imposto de Renda - funcionários	13.588	7.645
Imposto de Renda - terceiros	5.574	5.185
Imposto sobre Serviços	3.810	2.155
Contribuição previdenciária retida	3.390	2.363
Retenção PIS/COFINS/CSLL	14.444	7.436
Outros impostos retidos	14.444	208
Impostos retidos a recolher	40.806	24.992
Circulante	359.766	247.806
Parcelamento impostos, multas e taxas - federal	32.393	11.256
Parcelamento impostos, multas e taxas - municipal	738	967
Parcelamento impostos, multas e taxas - outros	28.903	14.154
Não circulante	62.034	26.377
	421.800	274.183

20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em 31 de dezembro de 2019, os principais contratos de empréstimos e financiamentos eram compostos como segue:

		Consolidado				
		31 de dezembro de 2019		2018		
Instituição financeira	Índice	Vencimento	Amortização	Juros a.a. (%)	Valor	Valor
Banco Itaú	CDI	2020	Mensal	14%	31	-
Banco Santander	CDI	2020	Mensal	6%	138	-
Bradesco	CDI	2023	Mensal	6%	1.398	-
Banco Itaú	CDI	2020-2024	Mensal	13%	27.381	-
Banco Santander	CDI	2021-2023	Mensal	12%	10.011	-
Bradesco	CDI	2021	Mensal	18%	6.367	-
Capital de Giro	85% CDI + Citibank 1,95% a.a.	2020	Semestral	2%	202.956	265.676
Leasing	Banco de Lage CDI	2020-2021	Mensal	12%	168	-
Leasing	Banco do Brasil CDI	2023	Mensal	3%	804	-
Leasing	Banco Itaú CDI	2020	Mensal	7%	50	-
Leasing	Banco Santander CDI	2020-2023	Mensal	9%	1.202	-
Leasing	Bradesco CDI	2020-2022	Mensal	16%	1.137	1.706
Leasing	HP Financial CDI	2022	Mensal	14%	150	-
Leasing	Unicred CDI	2022-2024	Mensal	19%	-	4.461
Leasing	Safra CDI	2020	Mensal	17%	-	4.435
Nota Promissória	Safra CDI	2020	Mensal	6%	-	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

23. OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	2018	31 de dezembro de 2019	2018
Obrigações contratuais (a)	-	-	29.153	7.440
Depósito de terceiros	-	-	27.355	1.826
Recebimento antecipado cliente	-	-	15.969	8.692
Débitos diversos	2.231	3	8.902	9.295
Aluguéis a pagar	-	-	2.418	-
Adiantamento parceria banco	-	-	3.000	-
Taxa de Saúde Suplementar (b)	-	-	10.219	-
Débitos de operações de assistência à saúde e não relacionados com planos	-	-	31.999	22.911
Total circulante	2.231	3	129.015	50.164
Obrigações contratuais (a)	25.185	-	454.779	197.022
Provisões para plano de benefícios com empregados	-	-	2.808	2.757
Adiantamento parceria banco	-	-	6.250	9.250
Taxa de Saúde Suplementar (b)	-	-	53.974	-
Outros	-	-	18.470	959
Total não circulante	25.185	-	536.281	209.988
	27.416	3	665.296	260.152

(a) Obrigações contratuais

Refere-se a obrigações contratuais nas aquisições de empresas, líquida do ajuste a valor presente, e transações com partes relacionadas com suas Controladas, como demonstrado abaixo:

	Indexador	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			31 de dezembro de 2019	2018	31 de dezembro de 2019	2018
Grupo Santamália	CDI	22/07/2021	-	-	6.781	-
Hospital Family	CDI	01/05/2021	-	-	14.964	14.758
SAMCI/IBRAGE	CDI	27/12/2021	-	-	11.208	11.432
Grupo Nova Vida	CDI	08/07/2022	-	-	21.643	22.146
Unimed ABC	-	22/09/2022	-	-	29.153	35.867
Hospital São Bernardo	CDI	23/02/2023	-	-	30.966	35.692
Grupo Cruzeiro do Sul	95% do CDI	22/02/2024	-	-	20.997	23.121
Grupo SAMED	CDI	25/01/2025	14.671	-	52.091	54.665
Grupo Green Line	CDI	01/01/2025	-	-	202.279	-
Hospital Jacarepaguá	IPCA	05/04/2025	10.514	-	10.514	-
Grupo Mediplan	90% do CDI	25/05/2025	-	-	34.472	-
Beio Dente	95% do CDI	03/07/2025	-	-	13.935	-
Chelland Participações	105% do CDI	28/11/2024	-	-	8.935	-
Ecoimagem	100% do CDI	01/01/2025	-	-	11.356	-
Grupo São José	100% do CDI	18/11/2025	-	-	21.419	-
			25.185	-	483.932	204.462

(b) O saldo registrado nessa rubrica se refere à taxa de saúde suplementar recolhida trimestralmente da adquirida Green Line Sistema de Saúde S.A., conforme RN 89/2005, em que se calcula a quantidade de beneficiários de acordo com a faixa etária, sendo que R\$ 44.838 está parcelado junto a ANS e R\$ 19.355 está em discussão.

24. PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS

Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia e suas Controladas ficam expostas a certas contingências e certos riscos. A provisão é estabelecida por valores atualizados, para processos trabalhistas, cíveis e tributários em discussão nas instâncias administrativas e judiciais, com base na opinião dos consultores jurídicos da Companhia e suas Controladas, para os casos em que a perda é considerada provável, e, também, independentemente do prognóstico de perda, todos os processos cuja lixe enseja obrigação originada em lei.

	31 de dezembro de 2018		Saldo adquirido		Provisão/(reversão)		Pagamentos		Atualização		31 de dezembro de 2019	
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis									
	130.137	285.768	(5.495)	-	2.487	412.899						
	160.518	29.100	32.847	(20.873)	10.742	212.334						
	133.536	95.073	55.374	(38.608)	16.412	262.387						
	424.191	409.941	83.326	(59.481)	29.641	887.618						

	31 de dezembro de 2017		Saldo adquirido		Provisão/(reversão)		Pagamentos		Atualização		31 de dezembro de 2018	
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis									
	83.117	45.309	(1.900)	-	3.611	130.137						
	101.890	42.499	33.733	(26.416)	8.812	160.518						
	106.364	10.670	42.071	(36.288)	10.719	133.536						
	291.371	98.478	73.904	(62.704)	23.142	424.191						

Provisões para ações judiciais de natureza:

Fiscais
Trabalhistas
Cíveis

Provisões para ações judiciais de natureza:

Fiscais
Trabalhistas
Cíveis

Provisões para ações judiciais de natureza:

Fiscais
Trabalhistas
Cíveis

Provisões para ações judiciais de natureza:

Fiscais
Trabalhistas
Cíveis

Provisões para ações judiciais de natureza:

Fiscais
Trabalhistas
Cíveis

Provisões para ações judiciais de natureza:

Fiscais
Trabalhistas
Cíveis

Provisões para ações judiciais de natureza:

Fiscais
Trabalhistas
Cíveis

Provisões para ações judiciais de natureza:

Fiscais
Trabalhistas
Cíveis

Provisões para ações judiciais de natureza:

Fiscais
Trabalhistas
Cíveis

Provisões para ações judiciais de natureza:

Fiscais
Trabalhistas
Cíveis

Provisões para ações judiciais de natureza:

Fiscais
Trabalhistas
Cíveis

Provisões para ações judiciais de natureza:

Fiscais
Trabalhistas
Cíveis

Provisões para ações judiciais de natureza:

Fiscais
Trabalhistas
Cíveis

Provisões para ações judiciais de natureza:

Fiscais
Trabalhistas
Cíveis

Provisões para ações judiciais de natureza:

Fiscais
Trabalhistas
Cíveis

Provisões para ações judiciais de natureza:

Fiscais
Trabalhistas
Cíveis

Provisões para ações judiciais de natureza:

Fiscais
Trabalhistas
Cíveis

Provisões para ações judiciais de natureza:

Fiscais
Trabalhistas
Cíveis

Provisões para ações judiciais de natureza:

Fiscais
Trabalhistas
Cíveis

Provisões para ações judiciais de natureza:

Fiscais
Trabalhistas
Cíveis

Provisões para ações judiciais de natureza:

Fiscais
Trabalhistas
Cíveis

Provisões para ações judiciais de natureza:

Fiscais
Trabalhistas
Cíveis

Provisões para ações judiciais de natureza:

Fiscais
Trabalhistas
Cíveis

Provisões para ações judiciais de natureza:

Fiscais
Trabalhistas
Cíveis

Provisões para ações judiciais de natureza:

Fiscais
Trabalhistas
Cíveis

Provisões para ações judiciais de natureza:

Fiscais
Trabalhistas
Cíveis

Provisões para ações judiciais de natureza:

Fiscais
Trabalhistas
Cíveis

Provisões para ações judiciais de natureza:

Fiscais
Trabalhistas
Cíveis

c. Perdas de recuperabilidade sobre créditos

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	2018	31 de dezembro de 2019	2018
Reversão (constituição) de perda de recuperabilidade sobre créditos	-	-	14.109	1.174
Baixa de perdas efetivas dos créditos relacionados e não relacionados com plano no período	-	-	(80.513)	(47.611)
Outras perdas não relacionadas com o plano	-	-	(841)	4.713
			(67.245)	(41.724)

29. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Recargas com aplicações financeiras	4.995	918	82.762	72.033
Juros recebidos	-	-	25.475	19.006
Varição monetária ativa	739	697	11.994	11.302
Outras receitas	300	1.149	14.211	3.680
Ajuste a valor mercado	-	-	991	9
Descontos concedidos	-	-	725	308
Descontos obtidos	-	-	4.785	3.205
Ajuste a valor presente	-	-	18.091	-
Juros financeiros debêntures	6.034	2.766	159.034	159.543
Juros financeiros debêntures	(80.191)	(30.077)	(122.375)	(56.829)
Tarifas bancárias	(3.625)	(3.006)	(4.548)	(8.442)
Varição monetária passiva	(86)	(87)	(12.646)	(9.235)
Multas e juros	(4.236)	-	(53.212)	(25.319)
Ajuste variação cambial	(8.559)	-	(22.605)	(4.102)
Ajuste a valor mercado	-	-	(68)	(82)
Descontos concedidos	-	-	(474)	(29)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(18.206)	(34.502)
Ajuste a valor presente	(313)	-	(9.874)	(250)
Custos sobre empréstimos	(13.835)	-	(16.155)	-
Juros arrendamento mercantil	-	-	(38.622)	-
Outras despesas	-	-	(1.634)	(5.472)
	(110.845)	(33.170)	(307.160)	(144.960)
	(104.811)	(30.405)	(148.126)	(35.417)

Resultado financeiro líquido

30. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O lucro diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais.

a) Lucro básico por ação

b) Lucro diluído por ação

Lucro Diluído por Ação

Lucro diluído por ação

Lucro por ações diluído

31. SEGMENTO OPERACIONAL

As atividades da Companhia e de suas Controladas são organizadas nos segmentos de negócios na demonstração a seguir:

	2019			2018		
	Saúde	Outros segmentos	Consolidado	Saúde	Outros segmentos	Consolidado
Receita operacional líquida	8.152.223	260.216	8.412.439	5.924.523	210.694	6.135.217
Custos dos serviços prestados	(6.020.443)	(84.024)	(6.104.467)	(4.409.106)	(62.874)	(4.471.980)
Resultado bruto	2.131.780	176.192	2.307.972	1.515.417	147.820	1.663.237
Despesas administrativas	(789.460)	(37.563)	(826.853)	(613.113)	(26.292)	(644.243)
Despesas comerciais	(408.830)	(14.915)	(423.745)	(293.370)	(5.601)	(298.971)
Perda de recuperabilidade sobre créditos	(69.471)	2.226	(67.245)	(38.540)	(3.184)	(45.124)
Outras receitas, líquidas	34.769	(98)	(34.671)	24.821	101	24.922
Resultado antes das receitas e resultado financeiro	898.788	125.902	(3.293)	595.215	112.844	15.958
Resultado financeiro	(127.300)	705	(126.595)	(4.838)	(19)	(131.432)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	771.488	126.607	(24.824)	590.377	112.825	(68.000)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro	(403.368)	(14.167)	(417.535)	(209.470)	(16.645)	(226.115)
Lucro Líquido (prejuízo) do exercício	(68.120)	112.440	(24.824)	555.736	96.180	(15.504)

Eventos conhecidos ou avisados

(-) Co-participação

Sistema Único de Saúde - SUS

Depreciações e amortizações

Depreciação direito de uso

Varição da provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)

32. PARTES RELACIONADAS

Em 4 de abril de 2019, a Companhia recebeu os valores devidos relacionado a contrato de mútuo celebrado em 15 de dezembro de 2017 com seu executivo e com vencimento para julho de 2019 e o montante liquidado foi de R\$ 12.913.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia tem a ressarcar a Notre Dame Intermédica Saúde S.A. o montante de R\$ 2.231, a título de reembolso da despesa de comissionamento da aquisição do Grupo Samed.

A Notre Dame Intermédica Participações S.A. firmou contrato de instrumento particular de ressarço de indenização com a Notre Dame Intermédica Saúde S.A., controlada direta da BCBF Participações S.A., comprometendo-se a indenizar a Notre Dame Intermédica Saúde S.A. pelos desembolsos decorridos de ações judiciais que são de responsabilidade da Companhia. O ressarço deverá ser pago em 6 anos e 30 dias a contar da data de fechamento do contrato de compra e venda de quotas e outras ações. O montante registrado em rubrica "Contas a receber com partes relacionadas" em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 320.468 (R\$ 171.776 em 31 de dezembro de 2018).

A remuneração dos principais administradores das Controladas, que compreendem empregados com autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades, é composta de remuneração e gratificações de curto prazo, cujo montante registrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 63.526 (R\$ 57.117 em 31 de dezembro de 2018).

33. COMPROMISSOS

Até um ano

Mais de um ano e até cinco anos

Acima de cinco anos

Com a implementação do CPC 06 (R2) - Arrendamentos, na aplicação inicial a Companhia realizou inventário de todos os ativos e, de acordo com as políticas apresentadas nas notas explicativas nº 4.p e 17, os contratos foram reconhecidos nos ativos e passivos correspondentes dentro dos critérios estabelecidos pela norma. Para fins de classificação dos compromissos, os contratos sem data de vigência, com acordos bilaterais ou unilaterais, não foram considerados itens enquadrados no CPC 06(R2)/IFRS 16. Ademais, os contratos inferiores a 12 meses e de baixo valor na avaliação da administração, foram enquadrados no CPC 06(R2)/IFRS 16 e enquadrado dentro das exceções previstas. Portanto, estes contratos foram mantidos como compromissos futuros. As despesas incorridas relacionadas aos Compromissos apresentados acima estão registradas na rubrica "Serviços de terceiros" na nota explicativa nº 28.a

34. COBERTURA DE SEGUROS

As Controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração, Acionistas e Administradores

BCBF Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BCBF Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da BCBF Participações S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Combinações de negócios

Durante o exercício de 2019, a Companhia e suas controladas realizaram transações que envolveram combinações de negócios, conforme mencionado na nota explicativa 5, cujas contabilizações seguiram o método de aquisição. A aplicação do método de aquisição requer, entre outros procedimentos, que a Companhia determine a data de aquisição efetiva do controle, o valor justo da contraprestação transferida, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e a apuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura ou ganho por compra vantajosa na operação. Tais procedimentos envolvem, normalmente, um elevado grau de julgamento e a necessidade de que sejam desenvolvidas estimativas de valores justos baseadas em cálculos e premissas relacionados ao desempenho futuro do negócio adquirido e que estão sujeitos a um elevado grau de incerteza.

Em razão do alto grau de julgamento relacionado, e ao impacto que eventuais alterações nas premissas poderiam ter nas demonstrações financeiras, consideramos este assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos relacionados às combinações de negócio incluíram, entre outros, a leitura dos documentos relacionados às transações, tais como contratos e atas e a obtenção das evidências que fundamentaram a determinação da data de aquisição do controle e a determinação do valor justo da contraprestação transferida. Com auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, analisamos a metodologia utilizada para mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas e cálculos efetuados confrontando, quando disponíveis, com informações de mercado, bem como avaliamos a análise de sensibilidade sobre as principais premissas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas sobre os valores justos apurados e sua relevância em relação às demonstrações financeiras como um todo. Avaliamos, também, a adequação das divulgações apresentadas pela Companhia.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados sobre os efeitos contábeis das combinações de negócios, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis as políticas contábeis de combinação de negócios da Companhia para suportar os julgamentos e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisões para eventos ocorridos e não avisados - Peona

As controladas Notre Dame Intermédica Saúde S.A., Mediplan Assistencial Ltda., Belo Dente Odontologia Ltda. e SMEDSJ Serviços Médicos São José Ltda. possuem passivos relacionados a eventos ocorridos e não avisados que, conforme mencionado na nota explicativa 22, requerem a constituição de uma provisão baseada em nota técnica atuarial através da estimativa de eventos/sinistros que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente por essas controladas. O cálculo atuarial é baseado no histórico de notificações recebidas dos prestadores de serviços, que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos de saúde recebidos até a data do balanço, conforme estabelecido pela Resolução Normativa 393/2015 emitida pela Agência Nacional de Saúde ("ANS").

Consideramos este um assunto relevante de auditoria devido à complexidade dos modelos de avaliação dos passivos atuariais, que contemplam a utilização de premissas complexas de longo prazo e altamente subjetivas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Dentre outros procedimentos, analisamos, com o auxílio de nossos especialistas atuários, a metodologia e as principais premissas utilizadas pela administração na avaliação das obrigações atuárias decorrentes da Peona, verificando a exatidão matemática do cálculo e analisando a consistência dos resultados face aos parâmetros utilizados e às avaliações anteriores. Também fez parte dos procedimentos de auditoria, testes das bases de dados cadastrais utilizadas nas projeções atuariais e a suficiência das divulgações relacionadas à Peona.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a Peona, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de avaliação das obrigações atuárias adotadas pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 22, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Avaliação de redução ao valor recuperável ("impairment") do ágio ("goodwill") registrado

Conforme descrito na nota explicativa 18, em 31 de dezembro de 2019 os ativos da Companhia e de suas controladas contemplavam o reconhecimento de ágios por expectativa de rentabilidade futura gerados em aquisições no montante de R\$ 2.223.834 mil, sendo formado por ágios apurados em combinações de negócios. O valor recuperável do ágio é analisado anualmente nos termos das práticas contábeis aplicadas no Brasil e das normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). A avaliação e a necessidade ou não de registro de provisão para perda ao valor recuperável é suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e orçamento preparados pela Companhia e aprovados em seus níveis de governança.

Devido à relevância do valor do ágio, às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas de fluxos de caixa futuros descontados a valor presente, e pelo impacto que eventuais alterações das premissas de taxas de desconto e de crescimento das vendas no período de projeção e na perpetuidade poderia gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, dentre outros, envolvemos nossos profissionais especialistas em avaliação para auxílio nas análises sobre as projeções de resultados e avaliação de redução ao valor recuperável do ágio registrado. Também, efetuamos testes sobre essas projeções, que incluíram, principalmente: i) teste das informações financeiras projetadas utilizadas; ii) comparação das premissas e metodologias utilizadas com a respectiva indústria e cenário econômico financeiro do ambiente nacional; e iii) análise do uso de método de avaliação e de informações externas.

Adicionalmente, avaliamos as divulgações nas demonstrações financeiras com relação à avaliação de redução ao valor recuperável do ágio registrado.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a avaliação de redução ao valor recuperável do ágio registrado, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de avaliação de redução ao valor recuperável adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 18, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ambiente de tecnologia

O processamento das transações da Companhia e suas controladas são dependentes da sua estrutura de tecnologia para o desenvolvimento de suas operações e para a continuidade de seus processos de negócios.

A não adequação do ambiente de controles gerais de tecnologia e de seus controles dependentes poderia acarretar em processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras e, por esse motivo, consideramos essa área significativa para nossa auditoria.

Como a nossa auditoria conduziu esse assunto

No contexto de nossa auditoria, com o auxílio dos nossos especialistas, aplicamos procedimentos de avaliação do ambiente de tecnologia da informação da Companhia, incluindo a avaliação da implementação e eficácia operacional dos controles automatizados dos sistemas aplicativos, tendo sido identificadas deficiências relacionadas ao processo de gestão de acesso e mudanças das aplicações de TI relacionadas.

As deficiências no desenho e na operação dos controles internos relativos aos controles gerais de tecnologia alteraram nossa avaliação quanto à natureza,

época e extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obter evidências suficientes e adequadas de auditoria. Nossos testes do desenho e da operação dos controles gerais de TI e dos controles de aplicativos considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram uma base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

Adoção de novas Normas Contábeis - NBC TG 06 (R3) - Operação de arrendamento mercantil

Conforme divulgado na nota explicativa 17, em 1º de janeiro de 2019, a Companhia e suas controladas, no âmbito da elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, adotaram a NBC TG 06 (R3) - Operações de arrendamento mercantil, equivalente a IFRS 16 - Leases emitido pelo IASB, que resultou no reconhecimento, em 1º de janeiro de 2019, de um ativo por direito de uso e um passivo de arrendamento, de mesmos valores conforme critério de adoção adotado pela Companhia, no montante de R\$441.771.

Consideramos esse tema como um dos principais assuntos de auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos nos cálculos do passivo de arrendamentos e do direito de uso, bem como ao fato desse processo ter envolvido interpretação de nova normativa complexa, novos processos para coleta de dados e julgamentos importantes relacionados aos termos dos contratos de arrendamento e às taxas de desconto aplicáveis.

Como a nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação das políticas contábeis e expedientes práticos adotados pela Companhia, da integridade da base de contratos identificados e sujeitos à aplicação da norma, da interpretação da administração dos termos e condições dos contratos de locação e da razoabilidade dos julgamentos significativos aplicados pela administração nas definições de prazo dos contratos e taxas de desconto dos passivos de arrendamento, além dos testes nos cálculos efetuados pela administração que determinaram o saldo das contas do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a adoção da NBC TG 06 (R3), que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotadas pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 17, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de março de 2020